

Campus

Jornal-laboratório do
Departamento de Comunicação da UnBNº 82 —
De 21 a 30/10 de 1985

FOTOS DO CAMPUS

Em carta publicada na página 3, o decano Flávio Versiani divide a culpa com a Comunicação e propõe a união contra a burocracia na UnB.

DALLARI

O Congresso está distante do povo

O jurista critica os parlamentares, é contra a lei de segurança e acha que o Brasil não deve pagar a dívida. A entrevista está nas páginas 6 e 7.

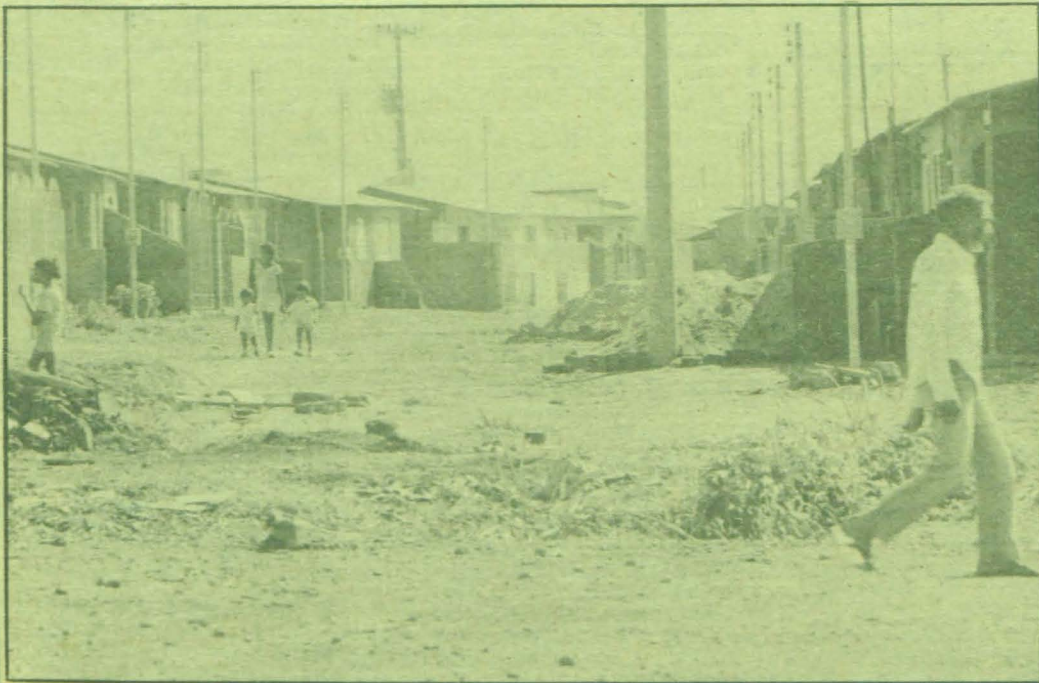
MARGARETE VITORIA



Candagolândia

A história dos pioneiros que moram em 2.236 casas — ou melhor, “ovos de pato” — mal construídas, começa a ser contada na página 9.

NICOLAU EL-MOOR



Reforma Agrária

Existem diferenças importantes entre o plano inicial e o que o presidente Sarney assinou. Veja porque e quais são na página 10.



MEIO

Governo muda o seu visual para atingir público

REGINA CELI

As propagandas governamentais para TV mudaram na produção e na forma de serem apresentadas. Uma maneira que o Governo da "Nova República" encontrou de aproveitar melhor este espaço, como também fazer jus a uma nova imagem de um novo poder.

Um exemplo disso é a propaganda do DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito), Ministério da Justiça. Ela inova na produção, associando recursos técnicos diferentes, a uma linguagem nova, mais dinâmica. Essa linguagem nova, verdadeira responsável pela receptividade maior do público, é simples e direta, além de ser plasticamente agradável. O abandono na formalidade habitual do Governo de se comunicar, é o aspecto mais renovador desta propaganda.

Nesse sentido, o Governo e órgãos a este ligados, vêm discutindo e estudando novas formas de melhorar a qualidade das propagandas. E mais: aguardem nos vídeos as campanhas do Ministério da Saúde.

CARTA A RAUL DE XANGO

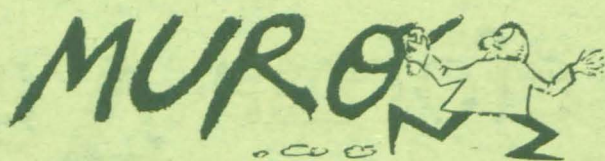
Não basta matar a fome e a sede — sim, não basta, é preciso sonhos é preciso o canto mas não se pode cantar o sono não dormido a barriga vazia, a marelidão. E é preciso mais que a fome saciada, muito mais que a sede umedecida: é preciso o cigarro no fim da tarde, trocar segredos com o céu o passeio tranqüilo no parque da cidade. Sobretudo é preciso o salário justo, o trabalho concluído — a Liberdade assegurada.

NEVINHO ALARCÃO
Agosto/85

Fotos a caminho

Esta é a terceira edição do *Campus* em que não é utilizado material fotográfico adquirido pela UnB. O leitor verá, no entanto, que, neste número, conseguimos publicar algumas fotos. Explicamos: os filmes foram comprados pela equipe de fotojornalismo e o papel por uma "vaquinha" feita na Redação. Além disso, lançamos mão, também, do nosso arquivo.

Ao fechar a edição, contudo, o Departamento de Comunicação recebeu memorando da Administração informando que foi concedida verba suplementar para a aquisição do material solicitado em agosto.



A poesia da UnB

Funcionário da UnB desde 1962, o poeta Sebastião Varela, conhecido como Tião, acaba de lançar o seu mais novo livro, intitulado "Campanha, Vitória e Morte de Tancredo Neves, o Idealizador da Nova República. Tião publicou seu primeiro livro "A Aventura dos Caçadores de Onça", em 1980. Em seguida, lançou "O Vaqueiro Nordestino: João Bassamã e suas Saudades" e "Benedito Bacural" uma história que defende a ecologia. Além desses livros já publicados, Tião ficou muito conhecido em Brasília, quando lançou em 1980 o livro "O Candango na Fundação de Brasília". (Marina Godoi)

No século XXI

Finalmente, o *Campus* entrou na era da eletrônica. A partir de agora, a redação tem um teletipo, que recebe notícias da EBN, Empresa Brasileira de Notícias. A nova tecnologia chega ao jornal numa hora muito estranha, em que não temos sequer filmes para fotografia. Mas o negócio é aproveitar a novidade, e esperar que a tecnologia beneficie ainda mais o nosso *Campus*. Quem sabe eles não substituam a gente por robôs? Eu, hein... (Cláudio Ferreira)



ESPAÇO

Campus, antes de tudo laboratório

CLAUDIO FERREIRA

Durante todos esses anos de atividade, o *Campus* se firmou como um grande veículo de divulgação da universidade. Sem os boletins do DCE e dos CA's, o nosso jornal fica como o único divulgador dos assuntos da UnB e das suas programações. Só que às vezes este papel torna-se meio confuso, e muitas cobranças recaem sobre a gente.

A Editoria de Cultura foi procurada há algum tempo atrás pelos organizadores do Mteu. Eles queriam uma cobertura do *Campus*, e a gente conversou. Como editor, expliquei que não poderíamos fazer três matérias sobre o mesmo assunto, pela falta de espaço. Mesmo assim, colocamos um anúncio sobre o Mteu na coluna de Serviços. No número seguinte, a Editoria da UnB fez uma matéria, mas não pudemos publicá-la. Para este número, a Editoria de Cultura resolveu fazer uma matéria que desse a programação e a preparação do acontecimento. Com surpresa, descobrimos que os organizadores do Mteu se recusavam a nos receber para uma entrevista. A matéria saiu, depois de algumas negociações. Mas é preciso que se faça alguns esclarecimentos.

O *Campus* é essencialmente um jornal-laboratório. Ele é feito por alunos e representa quase trinta créditos do nosso curso. Estamos aqui

experimentando, e temos um senso crítico aguçado. A matéria que não foi publicada não estava boa, e nós não temos o direito de publicar alguma coisa só para agradar alguém. Aliás, o papel do *Campus* não é agradar. Procuramos informar o melhor possível os alunos e demais pessoas da UnB, sobre os mais variados assuntos. Cada editoria tem seu espaço determinado, e não é justo tirar o espaço de seis ou sete pessoas sem necessidade. Além das matérias citadas, já está programada pela Editoria de UnB uma matéria de cobertura do Mteu, para o próximo número. Mais cobertura do que isso não podemos fazer!

Nós, alunos do *Campus*, temos muito trabalho com o jornal. Então, eu me sinto no direito de determinar qual o espaço que devo dar para cada assunto. Não é preciso que ninguém venha me dizer (ou exigir) qual o destaque que eu devo dar para cada matéria. E finalizando, um ponto principal: nós não temos obrigação de nada! Antes de tudo, nós somos estudantes, com a obrigação única de aprendermos as técnicas e "manhas" do jornalismo. Se a imprensa da cidade está cobrindo o Mteu, ótimo! Nós não ousamos nos comparar à grande imprensa. A cobertura que nós estamos dando ao Mteu nos parece suficiente. Pelo menos, foi o melhor que conseguimos fazer. Patrulhas ideológicas, não nos perturbem agora! A gente vai ter muito problema com vocês quando nos formarmos.

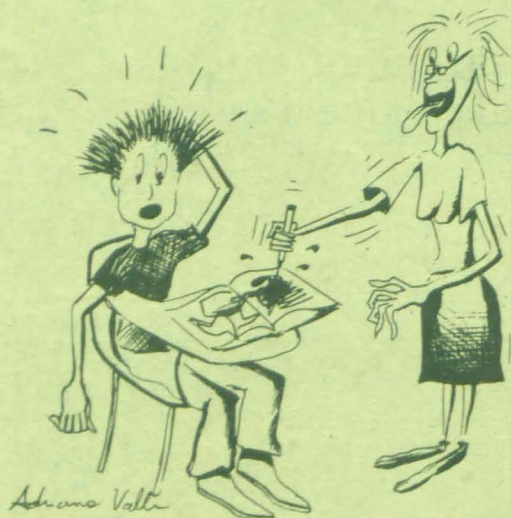
Campus

Jornal Laboratório do Departamento de Comunicação da UnB;
Editor Geral: Carlos Augusto Setti;
Secretário de Redação: Hélio Doyle;
Editoria de Arte: Profª Maria Rita Leal e Marcelo Gonçalves;
Editoria de Fotografia: Profª Luiza Venturelli;
Editores: Flávio Silveira, Marina Godoi, Milton Cintra, Otávio Veríssimo (UnB); Ana Tereza Vieira, Nicolau El-Moor (Comunidade); Ana Paula Araripe, Luiz Carlos Queiroz (Especial); Catarina Guerra, Cláudio Brandt, Glória Carvalho (Nacional); Cláudio Ferreira, Cynthia Rosa, Idhelene Macedo, Suzanne Sobral (Cultura); Carlos André, Joyce Russi, Maria de Lourdes Tavares, Rosani Aparecida, Zeila de Freitas (Ciência); Cláudio Brandt e Idhelene Macedo (Opinião).

Repórteres: Marcelo Feijó, Margarete Vitória, Margareth Marmori, Perla Alves, Regina Celi, Sandra Sato (UnB); Denise Sá, Fábio Guimarães, Maria Cândia Benevides (Comunidade); Sandra Machado (Especial); Adélia Fernandes, João Paganini, Júnia Cláudia, Marluce Paulista, Reinaldo Freitas (Nacional); Francisco Henrique, Hélio Franco, Heloisa Hela (Cultura); Cláudio Lemos, Martha Faria, Shirlene Costa (Ciência).

Fotógrafos: Ana Paula Padrao, Cecília Maria, Cláudio Reis, Cynthia Rosa, Luiz Carlos Queiroz, Marcelo Feijó, Nicolau El-Moor, Rubens Rebouças, Reinaldo Freitas, Suzana Dobal.
Laboralista: Jeová Xangô;

Ilustrações: Adriano Vale, Flávio Silveira, Francisco Henrique, Humberto Junqueira, Pedro Henrique.



Fim dos livros descartáveis?

O Ministério da Educação da Nova República resolveu dar um fim aos chamados livros descartáveis. Nada mais justo, pois num país em crise, onde poucos têm a oportunidade de ir à escola, o que dizer então de uma família ser obrigada a consumir livros didáticos descartáveis. Ao que parece, a ideia foi muito bem aceita por todos (pais, alunos e professores). Mas parece também que alguns professores de Língua Estrangeira, aqui da UnB, não entraram no ar. Conversando com um calouro, fiquei sabendo que ele fora obrigado a comprar dois livros de inglês, e diga-se de passagem, nada baratos. A professora, autora do livro, descartou a possibilidade dos alunos adquirirem xerocópias e até mesmo os livros usados em outros semestres. No livro de exercícios por exemplo, ela inutiliza as páginas com um risco de cima em baixo.

DAF responde ao Campus: meta é vencer a burocracia

C. DAF nº 092/85

Ao
Prof. CARLOS AUGUSTO SETTI
Editor-Geral do Campus

Caro Setti,

Com referência à matéria relativa à chamada "Campus sai sem fotos pela primeira vez" (1ª página), no último número do Campus, penso que os leitores do jornal têm direito a alguns esclarecimentos.

Como pano de fundo, é importante ressaltar dois pontos. O primeiro, e óbvio, é que a UnB herdou do período azevedista um sistema administrativo tão centralizado quanto ineficiente, características que não se pode eliminar por um passe de mágica. O segundo, e talvez não tão óbvio, é que a descentralização administrativa, para ser eficaz, tem que ser ela própria um processo descentralizado. Ela não se fará por um diktat vindo de cima, e isso por uma razão bem simples; descentralizar significa também descentralizar responsabilidades, e é portanto um processo que traz encargos adicionais para todos. Se cada um não assumir sua parcela, nada feito; a descentralização pode-se fazer no papel, mas não funcionará na prática.

Passando agora ao caso das fotos. O relato do **affaire** na 3ª página do Campus ("Compromisso com Campus tropeça na centralização") está muito objetivo (e mostra, do meu ponto de vista de leigo, alta qualidade jornalística); podemos tomá-lo como base de discussão.

A história que aí se conta pode ser resumida da seguinte forma (com adição de alguns detalhes, entre parênteses):

1. O Departamento de Comunicação solicitou, com base em entendimentos com o novo Reitor, e ainda antes da posse deste, compras no valor de cerca de Cr\$ 13 milhões;
2. O Serviço de Material procedeu à licitação, apurou o custo total de Cr\$ 13.235.000, e comunicou que o Departamento não tinha, em sua dotação, verba suficiente para tal pedido (nesses casos, o procedimento normal é que o departamento peça uma suplementação de recursos; no caso em foco, como Reitor já se havia comprometido com o projeto, essa suplementação seria, *ipso facto*, concedida);
3. O Chefe do COM, após contato com o DAF, reelaborou seu pedido de compras, indicando os itens prioritários;
4. Tendo se esgotado, no entanto, o prazo de validade das propostas, criou-se um problema: 2 dos 14 itens listados referiam-se a filmes necessários para a produção do Campus;
5. Aventou-se a seguinte solução: o COM compraria os filmes com os recursos próprios disponíveis (que lhe seriam posteriormente ressarcidos); dada a urgência da questão, a compra poderia ser feita mediante suprimento de fundos (o interessado recebe o dinheiro, o que pode ser feito no mesmo dia, faz a compra e presta contas depois);
6. Esse alvitre não foi aceito pelo COM, pois, de um lado, a hipótese de utilização dos fundos do Departamento foi "descartada pelo Prof. Setti, que alega estar reservando esse dinheiro para as despesas de material de expediente e limpeza, indispensáveis para o funcionamento do Departamento até o final do semestre" (a citação é da matéria do Campus acima mencionada). Além disso, a utilização do suprimento de fundos foi também recusada pelo Departamento, pois — ainda segundo o Professor Setti — isso implicaria na "execução de um serviço... que é da competência administrativa da instituição", do qual "adviriam gastos com transporte"; além disso, "o prazo para liberação dessa verba — 10 a 15 dias — não alcançaria o fechamento da edição do jornal"; e, ainda por cima, "o Departamento não está autorizado a adquirir material estrangeiro, como é o caso do material fotográfico". (Ibid)
7. Citando ainda o Prof. Setti, Campus acrescenta que tal problema jamais ocorreria antes, "mesmo na gestão Azevedo".
8. Como resultado do impasse, a redação do Campus votou pela circulação do jornal sem fotos, "como forma de pressionar uma solução mais rápida".

Agora vejamos: a quem cabe a culpa? Em grande parte, reconheçamos de pronto, à ineficiência, a quase incrível burocracia que envolve o proces-

Brasília, 25 de outubro de 1985

samento de pedidos de compras na UnB, e que não foi ainda possível eliminar. Mas será que isso é tudo? E correta a imagem de um Departamento de Comunicação, Incansável em "telefonemas, tabelas e ofícios, todos embasados na mais primária argumentação da urgência e da necessidade prioritária" (Editorial: "Kafka, Ionesco e as Fotos", 2ª página do Campus), tudo perdendo-se em vão "nos diversos redemoinhos das normas, licitações, pareceres, prazos, desinformações e indecisões"? (Ibid). Terá origem apenas no DAF o que o emocionado editorialista descreve como o "desespero gerado diante dos labirintos da burocracia e a perplexidade diante de situações esdrúxulas e inexplicáveis?"

Sugiro que não: se examinarmos o resumo acima, veremos que também no lado do COM sucederam alguns casos difíceis de entender. Por exemplo: por que, tendo sido comunicado no dia 27/08/85 (Memo. SCO. Mar nº 181/85 da insuficiência de seus recursos para o pedido de compras em que se incluíam os filmes, só duas semanas depois o COM solicitou uma suplementação (OI.COM 061/85, entregue pessoalmente no DAF em 11/09/85)? Por que o COM não atentou para o fato de que, nesse interim, a proposta indicada pelo próprio Departamento como vencedora para o fornecimento de filmes **havia expirado** (o que inviabilizava a efetivação de todo o pedido)? Por que, dada a aproximação da publicação do jornal, não se autorizou a compra apenas dos filmes com a verba já disponível no COM, já que havia garantia de reposição? E, acima de tudo, por que a resistência (essa sim, em minha opinião, "esdrúxula e inexplicável") em utilizar a corriqueira providência do suprimento de fundos? "Gastos com transporte"? Bastaria um telefonema, e se poderia obter uma condução da Universidade. O prazo de 10 a 15 dias seria excessivo? O COM "não está autorizado a adquirir material estrangeiro"? Mas que lamentável desinformação! Qualquer secretário sabe que, com certo empenho e boa vontade, pode-se conseguir um suprimento **no mesmo dia**; e mesmo um fotógrafo amador como eu sabe que a maioria dos filmes Kodak vendidos no Brasil é feita no México. O MAR poderia facilmente informar que, nesse caso, **não se aplicam as restrições à compra de material importado**.

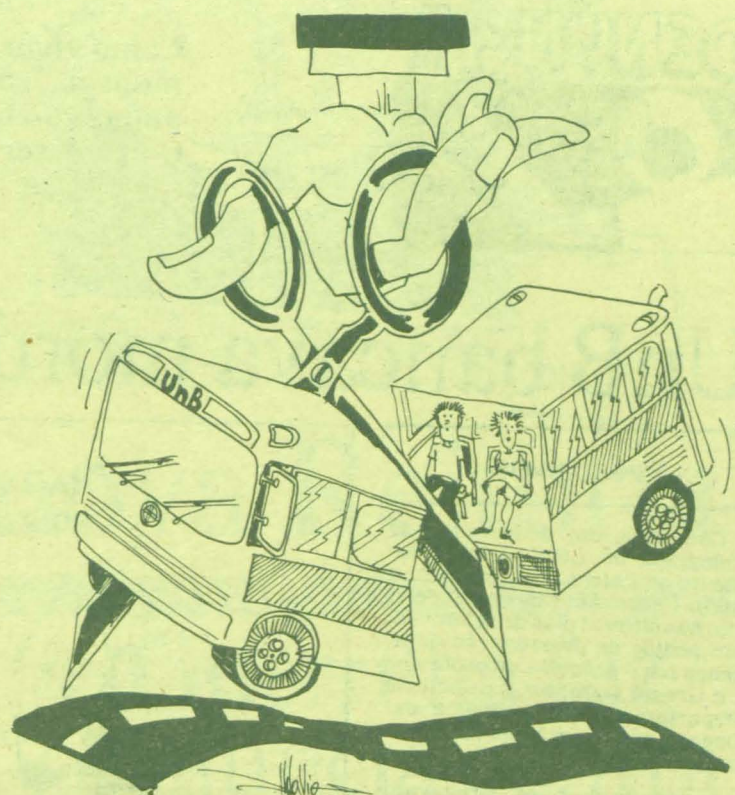
Ao que parece, "desinformação e indecisões" não foram um monopólio da administração central, no caso; também o COM precisaria, pelo visto, passar por uma reforma administrativa.

A publicação do Campus sem fotos foi, certamente, um fato jornalístico de impacto; se tal foi, apenas, o objetivo de iniciativa, ele foi plenamente atingido. (E, de quebra, se reforçou o velho argumento da direita de que o autoritarismo é mais eficiente que a democracia; mas isso é só um detalhe). Por outro lado, se se pretendia também, dessa forma, "pressionar uma solução mais rápida", temo que a medida seja inteiramente inócua.

Soluções só virão a médio prazo, com a reformulação completa do sistema de compras, aliás já em curso; a curto prazo, a única possibilidade de solucionar problemas é com competência, habilidade e persistência para vencer a hidra da burocracia. Não basta contar com a boa vontade da administração central, e nem mesmo com a amizade dos Decanos e do Reitor. Esse tempo já passou. Não vale também brandir "a mais primária argumentação da urgência e da necessidade prioritária" (editorial). Todos julgam seu próprio pleito prioritário; e não me parece evidente que as compras do COM devam ter prioridade sobre as de outros departamentos que enfrentam exatamente os mesmos problemas. (Embora seja forçoso reconhecer que poucos dentre esses departamentos podem exprimir sua insatisfação de forma tão eloquente e espetacular quanto pela produção de um jornal sem fotos; mas isso por si não justifica prioridade).

Uma proposta, Setti; vamos todos trabalhar juntos pela desburocratização e descentralização administrativa da UnB, e deixar de jogadas "de efeito"; no caso elas serão de muito pouca eficácia. Mesmo porque, convenhamos: um segundo jornal sem fotos causará menor impacto; um terceiro, menos ainda... Mais vale pedir um suprimento de fundos.

Solicitando, em nome da boa ética jornalística, publicação desses esclarecimentos com destaque análogo, envio-lhe meu abraço, extensivo a toda a redação. Prof. Flávio Rabelo Versiani



Pioneira libera passes atendendo pedido do Reitor

OTAVIO VERISSIMO
REGINA CELLI

A venda de passes estudantis na linha 110 (Rodoviária-UnB) voltou ao normal. Após uma suspensão temporária, a Viação Pioneira, atendendo solicitação do Reitor, resolveu liberar a venda.

Diante da constatação de irregularidades envolvendo a venda de passes a estudantes da UnB, a empresa havia decidido confiscar os cartões e promover uma rigorosa apuração. Esta decisão provocou a imediata reação da comunidade estudantil, principalmente por parte dos moradores do C.O. que mais uma vez viram-se prejudicados. Desta forma, a Associação dos Moradores do Alojamento Estudantil — AMAE instituiu a Comissão Pró-Passe da linha 110 e encaminhou um abaixo-assinado ao secretário de Serviços Públicos, Carlos Murilo, reivindicando a imediata suspensão da concessão da linha Rodoviária-UnB à Viação Pioneira.

IRREGULARIDADES

Na Secretaria de Serviços Públicos, o diretor do Departamento de Concessões e Permissões, Luciano Barreto Bezerra, de posse do resultado da sindicância feita pela Viação Pioneira, informou que a reivindicação da AMAE não encontra apoio em nenhum fato que justifique uma punição à empresa, ou seja, suspender a concessão da linha 110. Para ele, o que houve foi a suspensão temporária da venda de passes para que se pudesse apurar irregularidades. Citou ainda a existência de 36 casos, que serão informados ao reitor para que este adote as medidas que achar conveniente.

Alegando o caráter confidencial da sindicância, o diretor não permitiu o acesso aos resultados. Entretanto, à guisa de exemplo, ressaltou que se há necessidade

de punição, decerto que não deve ser imputada à empresa, pois, quem age de maneira fraudulenta é o estudante que adquire 88 passes numerados em série e numa única viagem desfaz-se de 87, vendendo-os ao cobrador. Mesmo reconhecendo que toda comunidade não pode ser prejudicada por culpa de uns poucos e que por isto mesmo a venda dos passes foi restabelecida, é necessário advertir que não serão toleradas novas fraudes e para tanto a empresa deverá agir com rigor.

OS ESTUDANTES

As divergências de opinião sobre o assunto são grandes.

Segundo Silvio, atual presidente da AMAE, "a empresa Pioneira não prestou nenhuma declaração sobre o motivo do corte dos passes. Só se tomou conhecimento do fato quando as fichas de alguns estudantes foram apreendidas em Taguatinga, sede da empresa".

"Se de um lado a Pioneira justifica a suspensão dos passes para que se pudesse apurar irregularidades dos mesmos, do outro, esta ação, que poderia incidir sobre casos individuais, prejudicou toda a comunidade estudantil. Sem falar que não é a primeira vez que a Pioneira corta os passes estudantis e também na série de irregularidades que os ônibus cometem, tais como: matar horário, cortar caminho, fazer o percurso em alta velocidade, não parar ao sinal do passageiro. Daí o abaixo-assinado", afirmou o estudante Ivan, também morador do alojamento. Continuando disse: "A empresa alega que os estudantes residentes no campus não teriam direito ao passe escolar. Em relação a isso, qualquer aluno da UnB sabe, por exemplo, qual é a distância entre o C.O. e a Faculdade de Tecnologia".

O certo é que já estão em poder do Reitor, documentos a respeito destas reivindicações e as listas do abaixo-assinado.

DENÚNCIA



Como viver na Dinamarca com mil dólares mensais, salário integral, passagens pagas (inclusive para acompanhante)? O professor Baranow tem a resposta.

UnB bancava mordomia na Dinamarca

FLAVIO SILVEIRA

Com base em deliberação do Colegiado do LEL — Departamento de Letras e Linguística, o reitor Cristóvam Buarque indeferiu, nos últimos dias de setembro, um pedido de prorrogação de licença para pesquisa do professor Ulf Gregor Baranow, ex-Chefe do Departamento de Letras e ex-Decano de Extensão na Administração Azevedo.

A decisão do reitor Cristóvam põe fim a um convênio que já dura dois anos e que custa aos cofres da UnB mil dólares mensais, manutenção integral dos vencimentos do professor Baranow, além do custeio das passagens de ida e volta para a Dinamarca (incluindo uma para acompanhante). Condições excepcionais, e inéditas, proporcionadas por uma Universidade brasileira.

A história do convênio com a Dinamarca teve início em 1982, quando o reitor Azevedo através de seu decano de Pesquisa e Pós-Graduação, Amadeu Cury, estabelecia os primeiros contatos com aquele país, via Embaixada do Brasil, onde servia o diplomata Hélio Scarabotolo.

O convênio tinha por objetivo a criação de um cargo de **Leitor brasileiro na Dinamarca** (professor de língua portuguesa e literatura brasileira) que viria ser ocupado pelo então vice-reitor, Luiz Otávio, publicamente em confronto com José Carlos Azevedo.

Em reunião do Colegiado do LEL, Luiz Otávio denunciara a intenção do Reitor, que propunha enviar seu vice para a Europa



sob condições generosas. Com a recusa peremptória de Luiz Otávio, Baranow candidatou-se ao convênio e desencadeou uma série de articulações para assegurar sua ida, sob as mesmas vantagens oferecidas.

Entretanto, para seu afastamento, havia a necessidade de autorização do Colegiado do LEL, dificultado pelo fato de Baranow não possuir formação específica (literatura brasileira), uma vez que lecionava linguística.

Assim mesmo, entra com o pedido alegando "desenvolver uma pesquisa na área de linguística e lexicografia do português na Dinamarca", acabou persuadindo o Colegiado a autorizar seu afastamento.

Diante da total desnecessidade

de celebração desse convênio, quatro professores (Delton de Mattos, Augustinus Staub, Hildo Couto e Ronaldo de Melo e Souza) interpuseram recursos contra a deliberação.

O Conselho Departamental não acatou nenhum dos quatro recursos e, utilizando-se de uma prática até então inédita, submeteu-os ao próprio professor Baranow para contestação.

Alegando porém que o ensino de língua dinamarquesa estava muito longe de ser prioritário no interesse dos estudantes brasileiros; levando em consideração a baixa difusão da língua portuguesa e da literatura brasileira na Dinamarca (que não apresenta um número suficiente de publicações que justificasse uma pesquisa como a proposta pelo profes-

sor Baranow) e, ainda, diante do fato de toda a produção científica dinamarquesa ser comunicada através do francês e do inglês, um novo recurso foi interposto junto ao Conselho de Administração.

Diante da difícil contra-argumentação do novo recurso e evitando que o mesmo fosse apreciado em instância superior, Baranow solicitou a sustação do andamento de seu pedido.

Entretanto, nos bastidores, intensificou contatos com a Dinamarca e comunicou verbalmente a decisão do Colegiado do LEL à Reitoria, sugerindo sua ida antes mesmo da vinda de um professor dinamarquês, tendo em vista as dificuldades de acomodação às necessidades da UnB e à revelia do recurso interposto junto ao Conselho de Administração.

Com a sua nomeação para o Decanato de Extensão, Baranow passou a descartar sua partida imediata. Começou a protelar o intercâmbio para depois de sua gestão. Comunicou aos dinamarqueses que a UnB vivia um "estado de instabilidade política proporcionado pela sucessão presidencial no país de uma forma geral e na UnB, em particular (lembrando a situação das universidades européias em 1968) o que inviabilizaria a permuta de professores no momento".

Diante das facilidades de tráfego oferecidas pelo exercício do Decanato e, ao apagar das luzes da administração Azevedo, Baranow consegue a realização de seu intento e parte para a Europa sob o generoso patrocínio da UnB, enquanto o professor dinamarquês, até o presente momento, ainda não apareceu em Brasília.

DIÁLOGO



Ensino para funcionários

PERLA ALVEZ

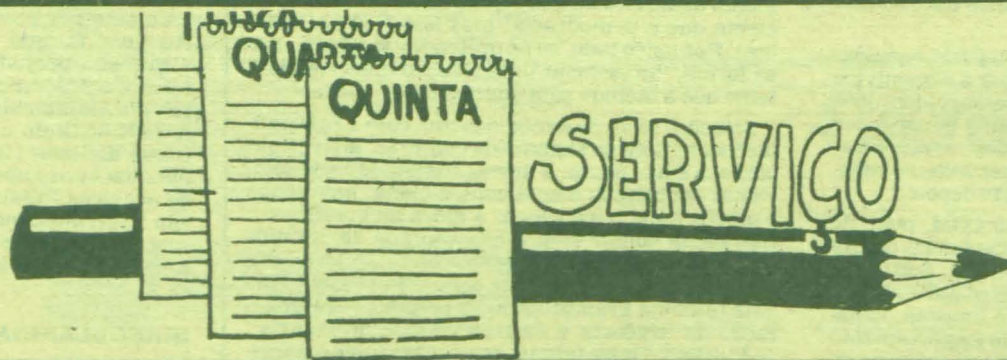
Maria das Graças Almeida da Silva, Auxiliar de Serviços Gerais do IAUUnB há cinco anos, faz a seguinte pergunta ao Diretor de Administração:

Na administração anterior, os auxiliares de serviço da FUB sempre foram relegados a segundo e até terceiro plano em suas condições de trabalho e jamais usufruíram de direitos como treinamento específico, acesso a cursos de aperfeiçoamento, melhoria de seus níveis de escolaridade, enfim, tudo que vise ao seu desenvolvimento e bom desempenho de suas funções. Isto posto, pergunta-se: o que pretende fazer a nova administração neste sentido? Quando teremos vez?

O Diretor de Administração, Aloisio Cesar Rabelo Machado, responde:

Prezada colega Maria das Graças. Na administração anterior quase nem um servidor da UnB tinha os direitos a que a Sra. se refere. Isto era negado sistematicamente a todos e não somente aos auxiliares de serviços. Felizmente agora as coisas estão começando a mudar. Neste sentido, na próxima semana será formalizada uma comissão, a pedido do Prof. Cristóvam que irá propor as soluções iniciais para os problemas mais urgentes. Os funcionários já devem ter sentido que muitas coisas mudaram para melhor, apesar de termos consciências que ainda há muito por fazer. De qualquer maneira o momento é outro e a Administração da nova UnB está aberta a sugestões de todos os servidores. Aproveitamos a oportunidade para agradecer a sua iniciativa e esperamos contar sempre com as suas sugestões.

Não fique por fora. Saiba de tudo que irá acontecer na UnB. Palestras, cursos, exposições, encontros...



ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Comunicação

Simpósio: Fotojornalismo: Análise da Produção e Reflexões Teóricas
Período: 5/11 a 28/11/85
Local: Anfiteatro 11 (Minhocão)

Inscrições: DAA

Desenho

Curso: Propedêutica à Escultura

Período: 4/11 a 14/11/85

Local: Ateliê do Desenho, Prédio SG1

Horário: 14 às 17 horas

Inscrições: DAA

"Dança Livre"

Período: 4/11 a 9/11/85

Local: Sala Saltimbancos do Departamento de Desenho

Horário: 12 às 14 horas e 18 às 20 horas

Inscrições: DAA

Engenharia

Seminário: Comando e Proteção em Baixa Tensão

Período: 4/11 a 8/11/85

Local: Sala A.4 do ENE

Horário: 14 às 23 horas

Inscrições: DAA

Estatística

Seminário: Introdução à Inferência Estatística

Período: 29/10 a 1/11/85 a 21/11/85

Local: Departamento de Estatística

Inscrições: DAA

Letras

Seminário: Fernando Pessoa em Debate

Período: 11/11 a 14/11/85

Local: Auditório Dois Candangos

Horário: 10 às 12 horas

Inscrições: LEL

Medicina

4º Simpósio sobre doenças sexualmente transmissíveis

Período: 7/11 a 9/11/85

Local: Auditório da Faculdade de Saúde

Inscrições: Faculdade de Saúde

Seminário Internacional de Citopatologia

Período: 9/11 a 11/11/85

Local: Auditório da Faculdade de Saúde

Inscrições: Faculdade de Saúde

Biblioteca

Exposição Espeleologia (Estudo de Cavernas)

Período: 4/11 a 18/11/85

Missa na UnB

Diariamente às 12:00 horas, de segunda a quinta-feira, no anfiteatro 06 e às sextas-feiras, no auditório do Desenho.

Psicologia

O Departamento de Psicologia acaba de lançar o segundo número da revista **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. A aquisição de exemplares avulsos e assinaturas anuais é feita no seguinte endereço:

Revista **Psicologia: Teoria e Pesquisa**

Departamento Universidade de Brasília

Brasília-DF, 70.910

Encontro nacional de estudantes de Serviço Social

Período: 1/11 a 3/11/85

Local: Anfiteatro 09 (Minhocão)

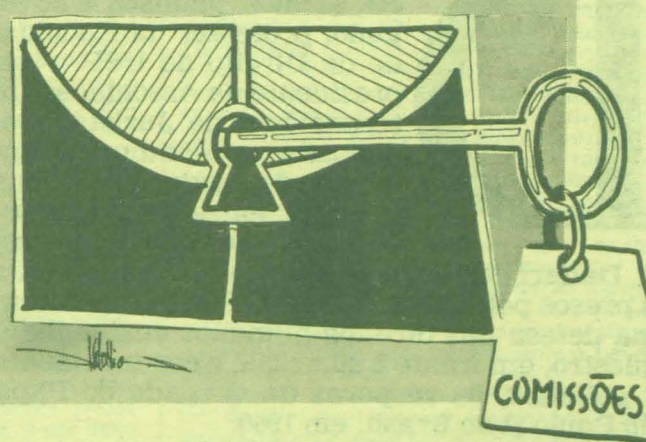
Horário: 8 às 12:00h, 13:30 às 18:00h, 19:30 às 23 horas

Inscrições: Centro Acadêmico de Serviço Social

Taxa de inscrição: 10 mil (alunos da UnB) e 30 mil (alunos de fora).

Frei Betto estará na UnB no dia 5/11/85, para falar de sua passagem por Cuba. O bate-papo acontecerá no Anf. 9, às 10:00 horas. Uma promoção do CEUB e do Campus. Agora é ver para crer!

Com o objetivo de consultar a comunidade e descentralizar as atividades da nova gestão, foram criadas comissões, constituídas por pessoas indicadas pelo Reitor por estarem relacionadas diretamente ao assunto ou poderem contribuir de alguma forma. As comissões pretendem, após ampla discussão de seus membros, elaborar e divulgar entre os Centros de Custos um anteprojeto. Depois, os resultados serão encaminhados à Reitoria. A cada dia, mais comissões são instituídas. Neste número, quatro comissões são abordadas.



Comissão, chave da nova Reitoria

SANDRA SATO
PERLA ALVEZ

Prefeitura é uma solução para o Campus

A comissão da prefeitura já apresentou o seu anteprojeto a todos os Centros de Custos e está aguardando respostas para efetivar a sua implantação. Segundo a professora Sueli Gonzales, coordenadora da Comissão, a UnB atingiu um grau de evolução o mesmo não acontecendo com a Diretoria de Engenharia.

A DEN enfrenta problemas sérios no desempenho de suas funções, ou seja, trabalha com um corpo técnico reduzido e incompleto, o volume de trabalho que lhe é atribuído é muito grande, não tem infra-estrutura para um controle sistemático e uma avaliação periódica dos serviços executados. Não existe um projeto-programação para as suas atividades, instalações mínimas adequadas, não possui arquivo e cadastro técnico de planejamento do campus. Além disso deveria ter uma rotina de prevenção contra a deterioração dos prédios e equipamentos da FUB.

A Universidade de Brasília é detentora de um conjunto de espaços físicos de grande monta. Além de 3951 hectares na área urbana, a UnB possui a Fazenda da Água Limpa que se localiza na periferia da cidade com 2680 hectares. Fora do campus, possui 17 blocos de apartamentos e uma mansão no setor MSPW. A Universidade possui também 83 projeções, sendo que 33 foram cedidas ao DASP e não foram pagas. Estas projeções estão localizadas em diversas superquadras do Plano Piloto. Também fazem parte do patrimônio da FUB dois terrenos de mansões no setor MSPW e uma projeção no setor hoteleiro. Atualmente, a Diretoria de Engenharia é responsável pela manutenção direta dos espaços no campus e indiretamente dos prédios fora deles, bem como da construção de novas edificações dentro e fora dele.

A Prefeitura irá aliviar a DEN e liberá-la para desenvolver sua real atividade, que é um trabalho integrado com a administração no que se refere à produção e à reprodução dos espaços físicos da UnB.

A Prefeitura pretende, a curto prazo, implementar um Serviço de Cadastro do Campus, sistema de vistorias técnicas, que fará constantes avaliações sobre a distribuição e a melhor qualificação dos espaços acadêmicos, regulamentando o seu uso e propondo alternativas de ocupações do Campus. Quer, também, incorporar alunos estagiários, assistência técnica dos professores e seus projetos.

Um fato importante previsto pelo anteprojeto é a eleição, pela comunidade universitária, de um Prefeito para o Campus.

Apartamentos e terrenos: o que fazer

O coordenador da comissão dos terrenos, Decano de Administração e Finanças Flávio Versiani, acha que para solucionar o uso dos terrenos de propriedade da Fundação Universidade de Brasília deve-se ter como metas principais uma boa administração do patrimônio da UnB, os interesses da comunidade e o entendimento com o governo do GDF.

Este entendimento com o GDF já está acontecendo, e conforme Versiani, não interessa à Universidade inflacionar o mercado de imóveis do DF e sim chegar a um denominador comum para que se possam atender os interesses de ambas as partes. Como alternativas, o decano aponta a construção dentro do campus de um Centro de Vivência, um hotel de trânsito para professores e alunos, assim como a construção de blocos para o atendimento de professores e alunos de pós-graduação.

O decano afirmou ainda que a construção de mais blocos de apartamentos fora do campus é inviável como investimento, citando que a arrecadação total do aluguel residencial é menor do que a amortização paga à Caixa Econômica Federal pelos cinco blocos de apartamentos da SQN 206. Em razão disso, a Universidade está construindo dois blocos residenciais na 107 Norte e pretende vendê-los a preço de mercado, o que constitui um grande investimento.

Ele não descarta a construção de blocos comerciais porque o reajuste do aluguel pode

ser negociado a qualquer tempo, ao contrário do que ocorre com imóveis residenciais, que só podem sofrer aumentos superiores ao determinado por lei após 5 anos de locação, além de representarem uma boa aplicação.

Sobre a conservação dos blocos residenciais, o professor Flávio declarou que ela praticamente inexistente. Foram criadas comissões de moradores visando uma solução para o problema da conservação. Um exemplo é o prédio "Flávia Hilka", que se encontra em reforma.

Uma vitória: preço menor no Bandeirão

A Comissão do Bandeirão foi bem sucedida em sua primeira tarefa. Garantiu um reajuste inferior ao da inflação no aumento dos preços das refeições, confiante em reduzir o desperdício, eliminar o desaparecimento de talheres e a evasão de marmittas. A Comissão conseguiu não reajustar os preços em julho, conforme determina portaria do Ministério da Educação, para coincidir com o reajuste salarial dos funcionários. Quanto ao próximo aumento, ainda não se sabe se ocorrerá em janeiro ou abril. Dependerá do comportamento neste período, afirmou a funcionária Ecilamar Maciel Lima, que participou do estudo dos preços.

Esta Comissão continuará trabalhando por mais seis meses para propor alterações administrativas e operacionais no restaurante. Neste sentido, o professor Alexandre Assaf, do Departamento de Administração, foi contatado, afirmou não ser possível esboçar tecnicamente uma política de compras, armazenagem e estocagem sem conhecer o produto e as necessidades do bandeirão. No próximo dia 25, será apresentado ao Decano de Assuntos Comunitários, professor Ibañez Ruiz, um anteprojeto que propõe, entre outras coisas, um acompanhamento permanente de evolução dos preços, uma política de compra diferente da padrão adotada pela Universidade, definição do estoque mínimo que não comprometa o funcionamento do restaurante e implantação de um microcomputador.

Guerrilha faz denúncia contra apartheid na UnB

MARGARETE VITORIA

Ainda chocados com a notícia do enforcamento, na África do Sul, do poeta negro Benjamin Molise, acusado de matar um policial, Sidney Molifi e Seretse Choabi, membros do CNA (Conselho Nacional Africano), movimento de oposição à ditadura sul-africana, estiveram no Departamento de Comunicação, no último dia 18, para falar sobre a atual situação de seu país. Em debate promovido pelo CEUP (Centro de Estudos Universidade Popular), os expositores deixaram claro o absurdo vivido pela população majoritária negra, vítima do governo racista do presidente Pieter Botha. Em pleno século 20, a África do Sul é o único país do mundo onde a discriminação racial é uma instituição legal.

Seretse Choabi, educador do CNA, explicou que para viver na África do Sul um negro tem que obedecer a regras discriminatórias impostas pelo governo. Cada negro, a partir de 16 anos, deve portar, nas 24 horas do dia, uma caderneta que rege a vida da pessoa, o passe (salvo-conduto). Quem não carrega o passe pode ser preso pela polícia e ter a casa invadida. Nesta caderneta constam dados como permissão para circular em determinados lugares, licença para viajar e para procurar emprego. Os desempregados não são assistidos pelo governo e podem ser condenados a trabalhos forçados quan-

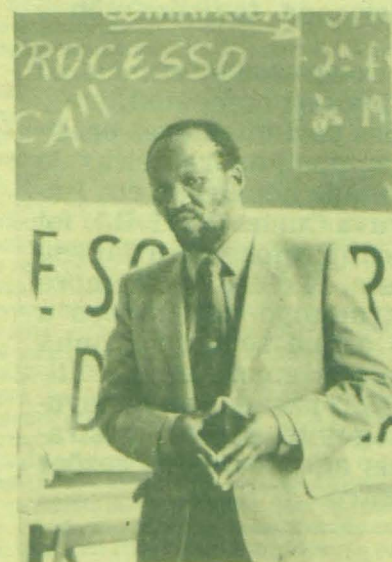
do presos sem o salvo-conduto. Esta é a maneira utilizada pelo governo de ter controle sobre a população negra.

Sidney Molifi, chefe em exercício do Departamento de Assuntos Internacionais do CNA, afirmou que existem dois tipos de **apartheid**. O pequeno **apartheid** é discreto e estabelece restrições quanto aos lugares que os africanos podem frequentar. Já o grande **apartheid** traz consequências mais sérias, pois envolve questões econômicas, como a utilização das terras. Os negros têm direito somente ao cultivo de 13% das terras do país. Estas terras, divididas em áreas denominadas **bantustans**, confinam mais de 80% da população sul-africana. Os habitantes dos "Bantustans" estão sujeitos ao trabalho na mineração e na indústria, sendo dispensados quando não mais constituem mão-de-obra necessária ao governo branco.

O grande **apartheid** envolve também a educação, gratuita e obrigatória para os brancos, mas não é nem gratuita nem obrigatória para os negros. As escolas que estes frequentam obedecem a um currículo imposto pelo governo, e as crianças, desde cedo, aprendem que a igualdade entre negros e brancos é impossível. Geralmente os professores são administradores designados pelo governo, logo as propostas são sempre segregadoras. Mesmo quando sentem algum negro como professor, não há como divulgar novas teorias devido à forte dominação branca.

A igualdade racial, no entanto, não acontecerá, segundo Sidney, através das reformas ocasionalmente anunciadas pelo presidente Botha. "Não nos interessam reformas, o que nos interessa é destruir o **apartheid** através da luta armada e contra a minoria branca, por uma África do Sul democrática e não racista", assegurou Sidney. Uma simples alteração na Lei do Passe, uma negação dos direitos humanos, não significa mudanças. Logo, ela deve ser totalmente abolida.

Sidney considera que a participação dos jovens de todo o mundo é importante na luta pela extinção do **apartheid**. Esta participação pode se dar de duas formas: pelo esclarecimento à população de seus países da verdadeira situação sul-africana e através de uma organização que pressione os governos a tomarem medidas efetivas contra o regime.



Seretse Choabi expõe as regras do regime racista sul-africano

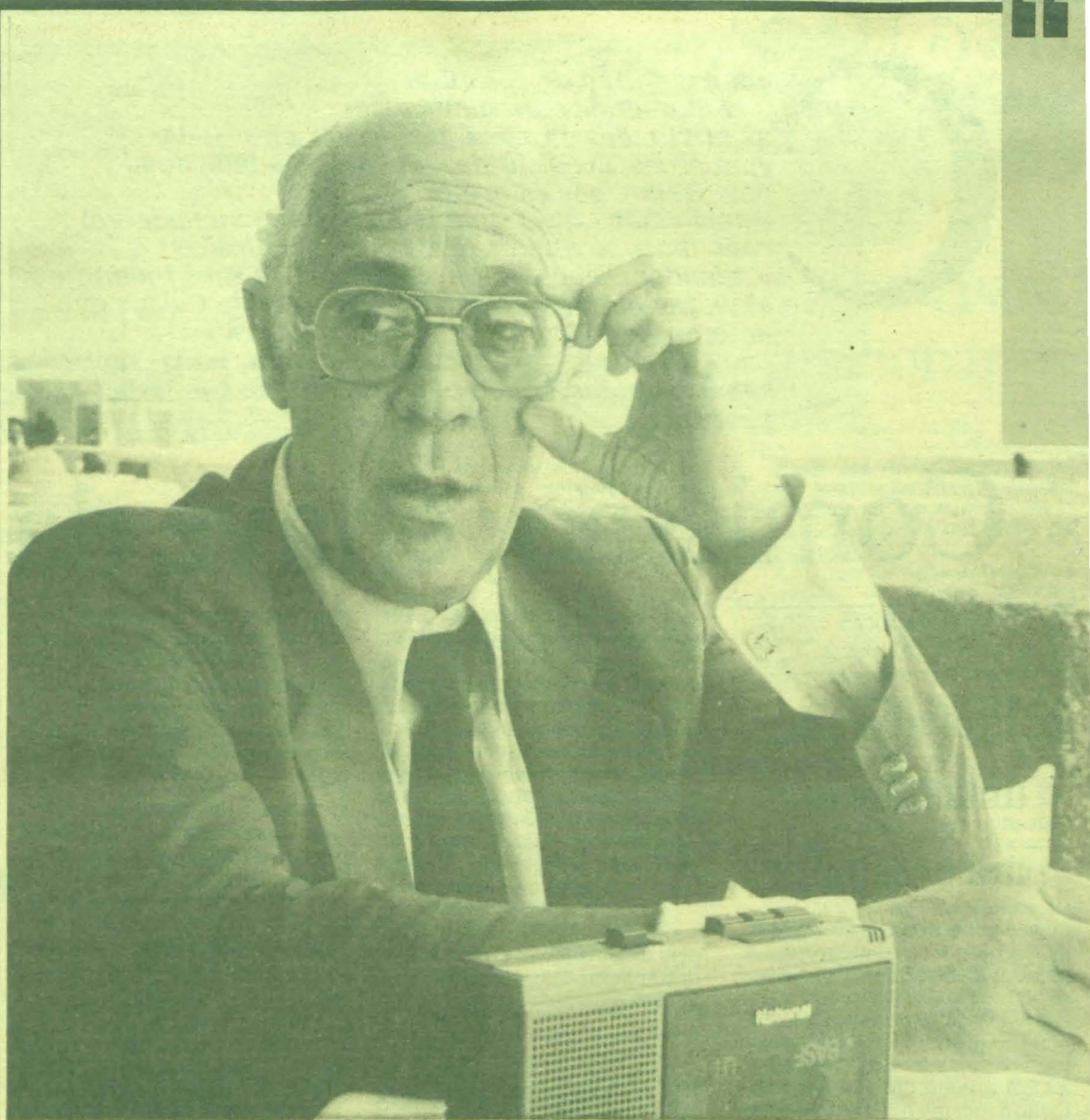
DALMO DE ABREU DALLARI, 53 anos, paulista, é advogado, professor da Faculdade de Direito da USP, vice-presidente da Associação Internacional de Juristas Democratas e membro da Comissão de Justiça e Paz, que presidiu entre 1972 e 1980.

Durante o período de repressão, Dallari destacou-se por sua atuação ao lado dos presos políticos e exilados. Sua luta constante na defesa dos direitos humanos custou-lhe o seqüestro, em frente à sua casa, e espancamento por policiais, às vésperas da chegada do Papa João Paulo II ao Brasil, em 1980.

Conversar com Dalmo Dallari foi, antes de tudo, um prazer. A idéia de entrevistá-lo para o Campus surgiu quando soubemos que ele viria a Brasília participar do II Congresso Nacional dos Advogados Pró-Constituinte. Fomos lá na tarde da sua exposição e marcamos uma entrevista para a manhã seguinte, no hotel onde ele estava hospedado. No outro dia de manhã, pontualmente, às 9 horas, ligávamos para ele do saguão do hotel. Não esperamos muito: uns dez minutos depois Dallari descia, de maleta 007 na mão, já pronto para pegar o avião de volta a São Paulo. Muito simpático, foi logo comentando que achava interessante esta experiência dos jornais-laboratórios feitos nas faculdades de Comunicação, nas quais, segundo ele, os estudantes já devem assumir a postura de repórteres profissionais. Como ele teria que estar logo no aeroporto para confirmar a passagem, resolvemos dar-lhe uma carona e fazer a entrevista lá. Foi um longo bate-papo, durante o qual ele falou sobre Constituinte, sobre o papel dos parlamentares, a Lei de Segurança Nacional, a liberdade de imprensa e a dívida externa.

Mas o melhor veio depois: enquanto seu avião não chegava, fomos tomar um cafezinho e então ele nos contou coisas interessantíssimas sobre sua viagem a Cuba, em julho passado, integrando a comitiva brasileira que participou do Congresso Internacional sobre Dívida Externa. Esta conversa infelizmente não podemos reproduzir na íntegra, pois a única fita de uma hora que levamos já tinha acabado. Dallari comentou, entre outras coisas, ter ficado impressionado com a inteligência com que os cubanos aceitavam as prioridades definidas pela Revolução: alimentação, saúde e educação. Isso fazia com que, por exemplo, todas as lindas mansões construídas antes da Revolução — em cada uma das quais moram hoje várias famílias — estivessem com a pintura velha e descascada. Cuba não produz tinta e o aspecto externo das moradias não é prioridade. Aliás, ele falou que a cidade toda (Havana) tem uma aparência antiga, as pessoas se vestem com roupas de modelos que aqui se usava há duas ou três décadas atrás. Seguir a última moda européia ou americana também não é prioritário para eles.

Falando a respeito do Congresso Internacional sobre Dívida Externa, Dallari comentou que o problema da ausência dos parlamentares brasileiros a sessões, já ultrapassou as fronteiras do Brasil. Durante determinado debate, lá em Havana, o Deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ) foi chamado várias vezes ao microfone para dar seu depoimento, sem resposta. É claro que sempre pode haver algum contratempo que impeça a pessoa de fazer aquilo a que se propôs, uma doença ou um compromisso importante de última hora, por exemplo. O bronzeado que Bocayuva apresentava no dia seguinte, porém, mostrava terem sido bem mais agradáveis as razões que o afastaram do encontro.



DALLA

PARLAMENTARES
NÃO AGEM COMO
REPRESENTANTES
DA POPULAÇÃO

A Lei de Segurança

Nacional tem

três defeitos

muito graves:

não é lei, não é

de segurança

e não é nacional

”

ARI

duza seus atuais direitos e prerrogativas, mesmo que essa redução seja do interesse público. O deputado Flávio Bierrembach, quando estava como relator da Comissão Especial do Congresso, ouviu o depoimento de 16 pessoas experientes na área, juizes, advogados, líderes sindicais, e dessas 16 pessoas apenas duas foram a favor do Congresso com poderes constituintes — o professor Affonso Arinos, presidente da comissão formada pelo Executivo e o ex-senador Paulo Brossard, que também tem uma ligação muito estreita com o governo. Os outros todos foram unânimes em dizer que teoricamente é mais correta a Constituinte só Constituinte. Mas o deputado Bierrembach sofreu uma pressão muito forte dos outros partidos, que não desejam essa Constituinte verdadeira, inclusive do seu próprio partido. Quer dizer, hoje o PMDB não é mais o MDB. Se nós tivéssemos ainda o MDB, que era o partido de oposição durante o último período de governo autoritário, evidentemente ele estaria contra a proposta Sarney. Mas no PMDB hoje estão inclusive senadores biônicos, estão pessoas que foram muito ligadas ao sistema de repressão, e essas pessoas têm medo da Constituinte. Então acho que está claro o quadro, no sentido de demonstrar que os chamados representantes não representam.

Campus — Essa forma da representação quantitativa usada pelo Estado Moderno não estaria falida?

Dallari — E, a chamada democracia representativa, que foi implantada a partir praticamente do século dezessete, mais propriamente no século dezoito, na realidade hoje não é mais nem democracia nem representativa, porque o sistema de escolha dos representantes fez com que o povo se distanciasse cada vez mais das decisões. Os representantes acabaram compondo uma espécie de elite política que hoje está muito ligada à elite econômica. Então eles são de fato muito mais representantes do poder econômico do que representantes do povo. Hoje os parlamentares brasileiros se queixam do alto custo das eleições, mas não propõem nada para melhorar o sistema eleitoral. A solução para este problema estaria num sistema distrital, que reduz a área geográfica em que o candidato deve fazer sua campanha. A meu ver, essa recusa se deve basicamente ao fato de que num sistema distrital o representante é estreitamente fiscalizado pelos eleitores e eles não desejam essa fiscalização. Mas o fracasso do sistema representativo está sugerindo a necessidade de pensarmos em soluções alternativas, como o uso dos computadores para a aferição da opinião pública. Isso tornaria perfeitamente possível a participação direta do povo nas decisões políticas. Eu não chego a preconizar o desaparecimento do representante, mas acho que se pode reduzir substancialmente seu papel, dando participação direta do povo.

Campus — O único mecanismo de controle que o povo tem hoje sobre um parlamentar é o seu voto. O senhor não acha que deveriam ser desenvolvidos outros instrumentos de controle do legislativo pela sociedade?

Dallari — Na realidade, o povo tem tido uma possibilidade muito pequena de exercer controle, por várias razões. Uma delas é essa do mandato excessivamente longo. No Brasil, o mandato de deputado é de quatro anos, enquanto que em muitos países, como nos Estados Unidos e na Inglaterra é de dois anos. Existe também a necessidade de que o povo adquira o hábito de acompanhar o desempenho de seus representantes. O brasileiro usa os seus cinco minutos de democracia no momento de votar e depois esquece em quem votou, não fica sabendo se ele foi um bom representante. O povo precisa acompanhar o desempenho dos eleitos, e para isso o sistema distrital daria uma facilidade muito maior. O candidato eleito pelo distrito é vigiado por ele. Hoje fica muito difícil esse controle, porque os candidatos não têm vinculação com determinado colégio eleitoral e dessa maneira não têm responsabilidade perante nenhum colégio definido. Há uma responsabilidade diluída e por isso ninguém cobra o bom desempenho. Por outro lado, nós temos hoje no Brasil um movimento associativo extremamente rico, que começou com as comunidades eclesiais de base mas que hoje têm desdobramentos extraordinários, movimentos em defesa das mulheres, dos negros, dos índios, dos homossexuais. São agrupamentos de interesses que podem exercer um peso político extremamente importante. Isso é o que faltava ao Brasil. A rigor, nós podemos dizer que até hoje o Brasil não teve povo, no sentido de uma coletividade consciente e organizada. Este povo está surgindo agora, e através deste movimento associativo nós vamos criar uma força política extremamente importante que vai ser a grande barreira aos desmandos da chamada classe política.

Campus — O senhor não acha que se deveria criar, também, mecanismos de controle popular sobre as ações do Executivo, garantindo-se o direito de acesso às informa-

ções e decisões tomadas nesta esfera de poder?

Dallari — E, os meios de que o povo dispõe para o controle das ações do poder público são muito deficientes. O direito à informação é um direito fundamental, que no Brasil ainda não é levado a sério. Hoje é muito comum que qualquer órgão do governo decida que os seus assuntos são sigilosos, já que não há uma disciplina legal de sigilo. É difícil ter a informação e saber exatamente o que foi decidido e porque, quais os fundamentos de uma decisão. Além disso, no nosso sistema legal só pessoas é que podem ingressar em juízo para defender direitos fundamentais. O desejável é que se dê esse direito também a grupos comunitários, a associações, a entidades representativas de segmentos do povo. Isso dá uma força muito maior ao controle e de certa forma dá uma proteção também muito maior àqueles que vão exigir o controle. A par disto é preciso aperfeiçoar os mecanismos tradicionais de garantia, como a ação popular, por exemplo. É comum as pessoas pensarem que qualquer erro do governo pode ser combatido por ação popular. A Constituição estabelece que a ação popular só cabe para os atos do governo que sejam prejudiciais ao patrimônio público. Então, quando não se pode comprovar o prejuízo patrimonial, não cabe a ação popular. Um exemplo disto é o problema da defesa do meio ambiente. Com frequência se alega que é preciso consentir na poluição porque ela gera empregos. Mas muita gente não concorda com isso, e gostaria de responsabilizar os governos que consentem na poluição. Houve quem aventasse a hipótese de uma ação popular, mas por causa da exigência da prova do prejuízo patrimonial a ação foi sustada. Em outras situações, como no caso da usina nuclear brasileira, por exemplo, já existem sinais muito claros de que ele representa um efetivo perigo para a população, além de ser de duvidosa conveniência econô-

•“É praticamente ridículo dizer que o Brasil precisa pagar a dívida porque seria imoral não pagar. Eu acho que é absolutamente imoral exigir o pagamento, isto sim”.

•“Nem mesmo perante a lei os brasileiros são iguais. Nós temos hoje a famosa situação do crime do colarinho branco, que fica impune, demonstrando que embora a Constituição diga que todos são iguais perante a lei, na realidade uns são mais iguais do que outros”.

mica. Mas para uma ação popular visando esclarecer a questão seria necessário que já houvesse provas, documentação, informações básicas, e esse é um dos casos em que tudo é considerado sigiloso. Quer dizer, as más decisões são tomadas e mantidas porque tudo se passa em segredo, e embora haja sinais evidentes de que elas existem não há meios para atacá-las.

Campus — Outro argumento usado pelos que decidem no governo é o da legalidade, sem o questionamento da sua legitimidade. Como o senhor vê a questão legalidade X legitimidade?

Dallari — De fato, o relacionamento entre a legalidade e a legitimidade está seriamente prejudicado no Brasil e em grande parte do mundo. Isso começa também no século dezoito com a ascensão política da burguesia e a ideia de que era preciso estabelecer as leis de maneira “racional”, com a máxima “objetividade”. Isto vem desde de Montesquieu, com a afirmação de que a lei é uma relação necessária que deriva da natureza das coisas, e paralelamente a isso se desenvolveu uma teoria do positivismo jurídico que acabou estabelecendo que o direito é o que está na lei. Se perdeu de vista que a lei é, em grande parte, uma criação arbitrária. Com muita frequência aquilo que o poder político e o poder econômico querem pode ser transformado em lei, mesmo contrariando a “necessidade natural das coisas”. Então, a criação destas leis arbitrárias teve o efeito de afastar completamente a legalidade da legitimidade, e teve um outro efeito extremamente grave, que foi a retirada da responsabilidade. Se nós dissermos claramente que as leis são feitas por homens, então é possível responsabilizar os homens que fazem as leis. Mas como se diz que o pró-

prio legislador apenas “revela” através da lei aquilo que é uma relação natural, ninguém é responsável. O que nós verificamos no Brasil é que as leis geralmente refletem os interesses das classes mais ricas, são feitas de tal maneira que os mais ricos sempre tiram algum benefício. Então nem mesmo perante a lei os brasileiros são iguais, como também não são iguais perante o Judiciário, porque na aplicação da Lei também se estabelece diferenciação. Nós temos hoje a famosa situação do crime de “colarinho branco,” que fica impune, demonstrando exatamente isso: ao mesmo tempo em que a Constituição diz que todos são iguais perante a lei, a realidade mostra que uns são mais iguais do que outros.

Campus — Qual sua opinião sobre a Lei de Segurança Nacional?

Dallari — A Lei de Segurança Nacional tem três defeitos muito graves: ela não é lei, não é de segurança e não é nacional. Na verdade, é uma imposição arbitrária, estabelece um sistema de repressão e de privilégios que nada tem a ver com uma lei. Em segundo lugar, ela é geradora de insegurança, tem sido fator de violência, de arbitrio, de injustiça e inclusive de corrupção. Por último, a LSN não é nacional, foi gerada nos Estados Unidos e de lá exportada para toda a América Latina. É surpreendente que a chamada “Nova República” esteja até agora tolerando esta lei, o que de certo modo começa por lançar suspeita sobre a própria natureza desta Nova República. Será que ela é nova mesmo? Porque se ela não faz o que seria óbvio, que é eliminar os instrumentos de arbitrio, isso significa que ela é pura e simplesmente a continuação do arbitrio.

Campus — A respeito da liberdade de imprensa, mesmo não havendo censura política há a pressão do poder econômico. O senhor vê saída para esta situação?

Dallari — A questão da liberdade de imprensa é realmente muito difícil. O que se vê hoje no Brasil é que o poder econômico tem praticamente o domínio dos grandes meios de comunicação. Quer dizer, a notícia é manipulada de tal maneira que sempre se transmite ao povo a imagem mais conveniente aos grandes grupos econômicos. Talvez a saída para este problema esteja exatamente na chamada imprensa alternativa, nos pequenos jornais, nos órgãos das associações de classes, dos grupos comunitários. São órgãos que transmitem a visão de determinado grupo de interesse, mas como são muitos os órgãos, o povo acaba tendo uma imprensa democratizada. Mas enquanto isto não acontecer nós estaremos nas mãos dos grandes grupos econômicos para a obtenção da informação.

Campus — Sobre a dívida externa, o senhor já deu declarações chamando a atenção para sua inconstitucionalidade. Na sua opinião, a moratória seria uma solução para o Brasil?

Dallari — Antes de tudo, a dívida realmente não tem existência legal, porque foi contraída através de atos internacionais, que só têm validade no Brasil depois de aprovados pelo Congresso Nacional. Isto nunca foi feito. Este também é um ponto em que se deve questionar a atitude do Congresso. Por que razões o Congresso silencia perante estas situações, que claramente reduzem suas prerrogativas? Existem outros aspectos importantes a serem considerados. Através dos atos da dívida o governo brasileiro abriu mão da soberania nacional, concordando com o Estado brasileiro fosse julgado por tribunais internos dos Estados Unidos. Isso também é inconstitucional. E existe uma outra disposição absolutamente imoral estabelecendo expressamente que o governo renuncia ao direito de discutir a legalidade da dívida. Isto é um absurdo completo. A minha proposta é no sentido de que o Poder Executivo, o Presidente da República, mande agora ao Congresso todos os atos da dívida, para que o Congresso examine cada dívida assumida e decida se aprova ou não. Há inclusive alguns aspectos da dívida que são de uma imoralidade evidente. Os juros, por exemplo, não são fixos, mas variam de acordo com as conveniências do credor. Enquanto nos empréstimos internacionais os juros normais são da ordem de 7 ou 8%, o Brasil está pagando 25%, juro de agiota. Por isso tudo fica praticamente ridículo dizer que o Brasil precisa pagar porque seria imoral não pagar. Eu acho que é absolutamente imoral exigir o pagamento, isto sim. Quem está liderando a batalha contra a imoralidade da dívida hoje é o Peru, um país com um poder de pressão muito mais reduzido. Enquanto nosso presidente vai à ONU, faz um discurso cheio de frases de efeito, uma construção simplesmente retórica, sem nenhum efeito prático, o presidente peruano adota medidas práticas. Além disto é preciso levar em conta que se o Brasil, que é o maior devedor mas é também uma das maiores economias do mundo, disser que não paga será seguido por praticamente todos os países devedores. Então, agindo em conjunto de devedores, nós iremos achar a solução mais conveniente para os povos devedores e não a mais conveniente para os bancos credores.

POPULAÇÃO

ELEIÇÕES
NO DF

Marcelo Feijó



Empresários querem ter espaço na política

DENISE SA
MARIA CACILDA BENEVIDES

Começou a corrida rumo aos cargos que se abrem com a representação política no DF. E o empresário de Brasília mostra deste a largada que quer influir nos resultados, criando a União das Forças Políticas do Distrito Federal, idéia do atual Secretário da Indústria e Comércio e dono da Eldorado Veículos e da Construtora Eldorado, Francisco de Aguiar Carneiro. Apesar de anunciar como principal objetivo proteger e apoiar as candidaturas de pessoas ligadas à história e às lutas de Brasília, a União é vista com desconfiança por vários líderes da comunidade. Para se legitimar, a UFP busca o apoio de várias entidades, e pretende fundar os diretórios na UnB até o final do ano. Segundo a própria União, eles já têm o apoio de oito partidos, dentre eles o Partido Socialista e a ala progressista do PMDB do Gama; além de quatro associações de moradores (Sobradinho, Gama, Guará Cruzeiro), o comprometimento de vários jornalistas da cidade e até do DEFEF — Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação.

Alcançando um grau de organização invejável, contando com uma diretoria de marketing, fundando diretórios em diversos pontos da capital e sendo suprapartidária, é difícil acreditar que esta associação possa defender os desejos de classes tão diferentes. Mas, de acordo com seus membros, não

haverá choque, porque a União está acima dos interesses individuais.

Apesar de negar seu caráter empresarial, dificilmente a União irá apoiar um nome que não se identifique com a classe. Para se ter uma idéia seus prováveis candidatos a Senador são Newton Rossi (PFL), e Alberto Peres (PDC), ex-dono do Ceub. A União não seria então uma ameaça aos outros pequenos partidos, já que a eleição de um Deputado aqui no DF custa hoje de 800 milhões e 1 bilhão e meio de cruzeiros? Para Paulo Timm Presidente do Conselho Regional dos Economistas, ex-professor da UnB e membro da Executiva Nacional do PDT, “a moeda não é reversível. Os empresários podem investir muito nos candidatos que resolverem apoiar, mas três debates na TV podem decidir uma eleição”. Timm resume seu pensamento citando a frase que Tancredo Neves endereçou a Maluf na época da campanha presidencial: “Agora você está concorrendo com um profissional”.

Reiterando acreditar nas boas intenções dos fundadores da União e no seu lema principal, “Brasília para os Brasilienses”, Timm apenas acha que eles foram precipitados. Com um pouco mais de discussão e reflexão, poderia ter sido criada não a União das Forças Políticas, mas a União das Forças Populares, que procurasse defender Brasília dos candidatos paraquedistas apoiando nomes comprometidos com a comunidade. Ele defende ainda, um plebiscito, onde os moradores das cidades-satélites pudessem decidir se querem ou não se transformar em municípios. E caso se confirmasse a aspiração

de autonomia das satélites aí se elegeriam Câmara de Vereadores e Prefeitos.

E o que pensam as outras “forças políticas” já organizadas na cidade? A maior parte das lideranças locais prefere não se comprometer, porque muitos líderes são candidatos em potencial. Paulo Timm por exemplo, deve se candidatar ao Senado nas eleições de 86, pelo PDT de Brasília. Não é o caso de Orlando Cariello Filho, Presidente do Sindicato dos Arquitetos: “Eu acho engraçado a União das Forças Políticas ser formada nitidamente por empresários. Este é um nome que deram para um instrumento que vai bancar econômica e politicamente as candidaturas dos empresários”. Cariello também pensa que o grande empresário jamais iria gastar seu dinheiro com os candidatos da população. A posição do Sindicato dos Arquitetos é de que a eleição deve ser a mais ampla possível, “abrindo a representação em si, sobretudo nos setores populares”. Já Eurípedes Pedro de Camargo, Presidente da Associação de Moradores da Ceilândia (Os Incansáveis) e da Federação de Moradores do DF e Entorno, diz desconhecer a União, negando já ter sido procurado em busca de seu apoio. Com relação à posição das entidades que preside, Eurípedes de Camargo disse estar aguardando a definição dos partidos em torno de seus candidatos para depois resolver, junto à comunidade, quem irá apoiar.

O fato é que seja qual for a atuação da U.F.P.B. nas eleições de Brasília, ela exercerá um papel importante na campanha. Assim como Paulo Xavier, autor de uma das várias emendas que restabelecem a representação política no DF e que deverá ser votada e aprovada até o final de novembro.

Muita proposta e pouca discussão

FABIO GUIMARAES

A sanção da lei nº 7.379 que regulamenta o funcionamento dos partidos políticos no Distrito Federal, e a recente Emenda Constitucional nº 25, que dá ao DF o direito de ter representantes tanto no Senado como na Câmara, fez com que os partidos políticos de Brasília se agitassem. Mas uma coisa é certa: todos os partidos existentes em Brasília sabem que a escolha de 3 senadores e 8 deputados em nada satisfaz à população da Capital da República. E a briga entre os partidos do DF já começou.

É que está em tramitação no Congresso Nacional uma proposta de Emenda do Deputado Paulo Xavier, suplente de Deputado Federal pela Paraíba, que garante ao Distrito Federal eleições em um nível mais amplo. Segundo Luís Basílio Rossi, presidente do diretório do PT de Brasília, o partido ainda não tem uma posição sobre a Emenda Paulo Xavier (PFL). Para ele, apesar da emenda ser bem abrangente, é antes de tudo necessário que o povo seja consultado. “Há uma tradição em Brasília de não se discutir estas questões. As questões vêm de cima para baixo, e pode acontecer o mesmo que ocorreu com as eleições diretas para Presidência da República, onde o PDS, PMDB e o PFL atropelaram os planos da direita, e daí a frustração da população com a Nova República, porque no final foi passada para trás”. O PMDB-DF é outro partido que não fecha com a emenda, pelo menos até o momento, pois sua posição é a de dar o seu apoio à Emenda Mário Maia, que também dispõe sobre a representação política para o Distrito Federal.

A verdade é que muita água vai rolar até a votação da emenda. O jogo de interesses é muito grande. Para os partidos políticos, é hora de cada um tirar um pouco para si, concessões terão que ser feitas, é o jogo da política. Mas é esse o momento também do povo brasiliense tomar posições e lutar por aquilo que realmente quer, é necessário abrir os olhos para não se deixar enganar por pessoas, emendas ou seja lá o que for.

CANDANGOLÂNDIA



O contraste das duas vistas da Candangolândia: atualmente (esquerda) e antes da implantação do projeto (direita)

Um dia, o presidente do Reino da Fantasia, Patolino Qüenbitshek, resolveu construir uma capital para seu mundo, Patópolis, lugar onde os patos pudessem resolver os destinos do reino... Os camundongos, pequenos animais do "underground", por serem a mão de obra mais barata, foram conven-

cidos a construir a cidade, com a promessa de que ao final da obra, também teriam suas casas... Vários anos passaram, e os pequenos animais proliferaram, espalhando-se por toda Patópolis, mantendo ainda, a esperança de ganharem suas casas ou apartamentos... Os patos irritados com o grande número de invasões em suas terras, resolveram criar pro-

jetos habitacionais de emergência para assentamento das favelas de camundongos... E a firma de engenharia Patovix, do magnata Tio Patinhas, foi contratada para construir mais de duas mil casas populares, num pequeno terreno próximo de Patópolis, conhecido por Camundongolândia. Um dos primeiros acampamentos de operários, onde ainda viviam alguns

pioneiros... Como os patos nunca se preocuparam com o bem-estar dos camundongos, não era necessário que as casas fossem de qualidade. Assim, Tio Patinhas mandou colocar no terreno, 2.236 ovos de pato, e os camundongos foram transferidos para lá... Acontece que por serem pequenos, e de casca fina, os ovos de pato não oferecem a menor condição de vida,

Reassentamento sem responsabilidade

FOTOS E TEXTOS
NICOLAU EL-MOOR

"...Isso não é uma casa, é um ovo de pato!", com essas palavras o morador Micharla, que prefere não revelar seu verdadeiro nome, definiu uma das 2.236 casas do projeto Candangolândia onde reside há 3 meses, e que mesmo sem estar totalmente implantado, já acumula sérios problemas, na sua maioria exigindo providências imediatas.

Iniciativa do GDF, o plano é baseado na necessidade de fixar setores excedentes do DF. A área escolhida foi a dos acampamentos pioneiros Candangolândia e Velha Cap, e envolveu duas secretarias do governo. A secretaria de Viação e Obras, com a TERRACAP e o DAU — Departamento de Arquitetura e Urbanismo, a quem coube a idealização do projeto. E a Secretaria de Serviço Social, com a SHIS — Sociedade de Habitações de Interesse Social, à qual coube sua implementação. A elaboração do projeto é do arquiteto Sérgio Parada, da firma de engenharia Engvix SA, que construiu as casas.

Como vem sendo noticiado na imprensa local, as casas da Candangolândia vêm apresentando sérios problemas, que tendem a multiplicar-se agora com a época das chuvas. Há poucos dias, quase 50 casas foram destruídas numa forte chuva de vento, e este fato é apenas a ponta de um verdadeiro "iceberg" localizado atrás do Jardim Zoológico. As casas, com 30 metros quadrados dentro de um terreno na sua maioria de 120 metros quadrados, coladas duas a duas, não oferecem a mínima condição de moradia nem segurança, pois a massa utilizada nos tijolos desmancha com apenas um passar de dedo. As telhas não são presas devidamente, e quando chove, além das inúmeras goteliras, a casa pode ficar sem teto. Outro problema, é o fato dos moradores re-

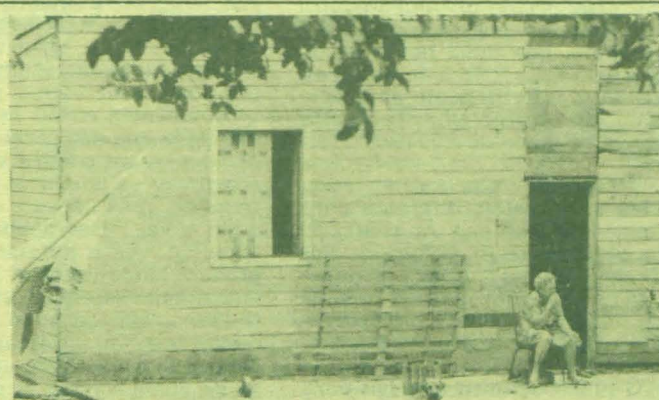
ceberem a casa nua, tendo que instalar tudo (água, luz, vasos sanitários...). As mudanças no terreno local, que geram um novo assentamento do solo, criaram novas dificuldades, existe acúmulo de água por toda parte, além da erosão que já começa a destruir as inacabadas ruas de circulação. Mas certamente o que mais tem irritado os moradores, é a precária situação do sistema sanitário: as fossas com pouco mais de um mês já estão transbordando, obrigando a população a conviver com o mau cheiro que se espalha nas ruas.

Existem inúmeras dificuldades, isso sem lembrarmos dos aspectos humanos e históricos. Cada morador tem um pouco para contar e tudo junto acaba por formar um triste quadro. Dona Maria Magalhães da Costa, funcionária do Centro de Ensino nº 2 da Candangolândia, divide um problema com seu vizinho: um eucalipto. Não que eles tenham pedido sombra, mas no meio de toda devastação das árvores locais (quase não sobrou nenhuma das muitas árvores da região), esse único eucalipto restou, segundo Dona Maria, apenas para atormentar sua vida, com galhos que caem quebrando suas telhas e invadindo o único cômodo da casa, sem lembrar que não existem pára-raios por perto, o que a deixa apavorada. Outro problema, que será melhor tratado na próxima edição, é com relação ao cadastramento e à entrega das casas. Ivânê Gama da Silva, reclama que desde de julho espera a sua casa, está cansado de promessas. Segundo ele, existem muitas pessoas com mais de uma casa. Segundo outro morador, que também prefere ficar anônimo, as duas escolas construídas na área (feitas com pré-moldados de metal), dão choque nas crianças, talvez por algum fio mal colocado.

Muitas linhas seriam necessárias para contar as aflições dos moradores.



Nos barracos da antiga Candangolândia, os moradores viviam tranquilos (à direita, em cima). Hoje, se vêem às voltas com vários problemas: erosão e alagamento (direita) e a necessidade de amarrarem os tetos de suas casas (em cima).



Ao assinar no último dia 10 o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária o Presidente da República, José Sarney, livrou-se de uma das maiores polêmicas criadas em torno de um projeto de governo. Anunciado com grande estardalhaço em maio deste ano, no 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, o PNRA provocou uma grande perturbação no interior do país. Os latifundiários se armaram de todas as maneiras para enfrentar uma legião de invasores que, segundo eles, colocariam em risco a propriedade privada, a produção agrícola e até o sistema capitalista.

A reforma da Reforma

REINALDO FREITAS
JOÃO PAGANINE

Na prática, nada disso aconteceu. Os trabalhadores, é verdade, iniciaram um movimento organizado, espalhado por diversas partes do país, de ocupação de terras ociosas, mas foram rapidamente contidos pelas autoridades e por uma forte reação dos latifundiários. Apesar das animosidades de lado a lado, a guerra entre posseiros e latifundiários não aconteceu a nível nacional, limitando-se a conflitos localizados em áreas de maior tensão: região sul do Pará, extremo norte de Goiás, Maranhão e Paraná.

Pressionado por todas as forças em questão — os trabalhadores e entidades a eles ligados, consideravam o projeto anunciado moderado e comprometido. Os latifundiários o consideravam inconstitucional e megalomaniaco — José Sarney recolheu então o Plano e refluíu na retórica. Pediu tempo e subsídios para elaboração de um novo plano. Na verdade, o recolhimento do plano deveu-se sobretudo à forma como anunciado.

Depois de cinco meses de discussões e retaliações de parte a parte, o Presidente finalmente anunciou o "seu" PNRA. É evidente que o novo plano é mais do Presidente do que do Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária, criado justamente para este fim. Ao contrário do PNRA de maio, que tinha lances ousados demais, o PNRA de outubro é modesto e insuficiente para acabar com os problemas concretos em torno da posse e do uso da terra.

Dessa vez José Sarney escolheu uma platéia diferente para anunciar seu plano. Ao contrário do plenário do 4º Congresso dos Trabalhadores Rurais, a divulgação do Plano foi feita no Palácio do Planalto, onde se encontravam políticos, ministros e parlamentares.

O plano definitivo andou para trás alguns hectares. É considerado por José Francisco da Silva, trabalhador rural e presidente da CONTAG, um plano que ficou aquém do Estatuto da Terra, e que apesar de manter a meta de assentamento de 1 milhão e 400 mil famílias em quatro anos, prefere adotar a linguagem da Velha República, substituindo a clara necessidade da reforma pelo incentivo à exploração racional da terra. Segundo ainda o presidente da CONTAG, o atual Plano não é mais do que uma versão amenizada de um documento divulgado pela imprensa sob o nome de Ponderi, atribuído ao Conselho de Segurança Nacional, e vai mais longe ao falar da Reforma Agrária, "gradual, lenta e ordenada", uma fórmula já gasta e desmoralizada do período mais autoritário que passamos.

Diferente pensa Flávio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira. Ele diz que o presidente, ao assinar o PNRA, deu início ao debate nacional para aprovação de uma nova política agrícola, que abriu mercado de terras para seu cultivo temporário através dos contratos agrários de arrendamento e parceria. Afastou a caracterização de áreas prioritárias a nível nacional, que somente teriam o condão de desestimular

“Foi então, pela primeira vez, promulgada a lei agrária, que, desde aquela época até hoje, nunca mais foi discutida sem provocar as mais violentas comoveções”

Tito Lívio, 486 AC

investimentos na região e promover conturbação da ordem pública.

Segundo o Estatuto da Terra, a propriedade latifundiária poderia ser desapropriada sempre que não satisfizesse sua função social. Definindo-se bem essa função social: a exploração racional de, pelo menos, 50% da área da propriedade; observância do Código Florestal; cumprimento das obrigações sociais para com a previdência etc. O novo Plano diz ainda que não serão desapropriadas propriedades que mantêm níveis satisfatórios de produtividade, mas não diz quais são esses níveis. Isso acaba por determinar que a decisão sobre a produtividade de uma área fica unicamente sujeita a critérios do Governo. Um segundo ponto de recuo, segundo a Contag, seria a determinação extremamente vaga de quais seriam os pontos de conflito, passíveis de serem de-



clarados área prioritária para Reforma Agrária. O PNRA é claro quanto ao número de hectares a serem desapropriados em cada Estado, mas não diz onde. As áreas de conflito são muito fáceis de serem identificadas e a sua omissão no Plano reflete uma decisão política do governo, que pode assim adiar indefinidamente a reforma em áreas potencialmente explosivas.

Aliado à indefinição dos pontos em conflito, o 1º PNRA silencia a respeito de um parágrafo existente no Estatuto da Terra, que permite a desapropriação por interesse social de propriedades localizadas em áreas prioritárias. Finalmente foi retirada a autonomia dos diretores regionais do INCRA. Agora todos os decretos de desapropriação, até mesmo aqueles incluídos nos planos regionais, serão assinados pelo Presidente Sarney. Entretanto, as limitações da Reforma já se fi-

zeram sentir com a demissão do presidente do INCRA, José Gomes da Silva. Afirmando que o atual plano pouco ou nada tem a ver com o original do seu órgão e do Mirad, Gomes da Silva demitiu-se no dia seguinte à assinatura do Plano. O ex-presidente do INCRA, declarou-se comprometido com os trabalhadores rurais e explicou a impossibilidade de honrar seus compromissos, ao mesmo tempo em que apoiava o novo plano.

A meta de assentar apenas 450 mil famílias até o final de 1987, em grande parte de terras devolutas do Estado, empurra a "bomba" (a desapropriação de latifúndios para o assentamento de quase 1 milhão de famílias) para explodir no final do Governo.

Entretanto, se o Presidente empurrou uma bomba para o futuro, não livrou-se de outra: a violência no campo.

Avanço ou retrocesso?

Realmente as opiniões não poderiam ser as mesmas entre representantes do capital e dos trabalhadores. O importante é dar início à implantação do Plano. As mudanças podem ser conseguidas a médio prazo. A Reforma, ou como preferem alguns, apenas mais um Plano, não pode ser rígida e imutável. A união e organização dos trabalhadores deve ser forte para fazer frente à dos latifundiários, que nesta fase, souberam se organizar melhor e mais rapidamente.

Apesar da Nova República, as mudanças de cunho político-social continuam enfrentando as mesmas dificuldades de outrora. Os coronéis do interior continuam mandando e os projetos continuam esbarrando nas velhas mentalidades de grupos encastelados no governo. Qualquer proposta que envolva mudanças profundas deve ser acompanhada por discursos moderados e ação rápida e abrangente. O que se viu nas duas tentativas de implantação da Reforma Agrária, este ano, foi o inverso: muitos discursos (que ora agradavam a uma facção, ora a outra) e pouca ou nenhuma ação.

A tão necessária mudança na estrutura fundiária do país não se realizará com esse Plano. Os pontos que causaram polêmica no plano anterior foram suprimidos, limitando o alcance e abrangência da Reforma. Entretanto, a Reforma Agrária, esquecida por longos anos, é hoje um tema mais vivo do que nunca em todos os segmentos da sociedade. A discussão só pode trazer benefícios.

Reforma Agrária

Por quê? Para que?

- Dos 5,2 milhões de proprietários rurais, apenas 540 mil são dos da maior parte das terras (80%).
- 42 milhões de hectares de terras aproveitáveis estão inexploradas e 240 mil mal utilizadas.
- As multinacionais já se apropriaram de mais de 35 milhões de hectares de terras no Brasil.
- Cresceu para 24 milhões o número de pessoas que migraram para outros estados em 1970 e 1980.
- Existem cerca de 10 milhões de desempregados nas cidades e 12 milhões de camponeses sem terras.
- A produção de alimentos por habitantes vem caindo nos últimos 20 anos, em razão do apoio governamental à grande propriedade.
- Entre 79 e 83 foram assassinados camponeses, posseiros, bóias-frias, garimpeiros, dirigentes sindicais rurais e advogados, na luta pela posse da terra e na defesa dos direitos dos trabalhadores. Somente nos 3 primeiros meses de 84 foram assassinadas 17 pessoas, número superior a todo ano de 1980, 1981 e 1982.
- Em 480 anos, os indígenas foram reduzidos a 5 milhões, para 220 mil pessoas e apenas um terço de seus territórios está oficialmente demarcado.

Posição assumida pelas seguintes entidades: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura; Comissão Pastoral da Terra; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Associação Brasileira para Reforma Agrária; Conselho Indigenista Missionário; Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica.

- Distribuir os 280 milhões de hectares de terra não explorados dos latifúndios aos 12 milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.
- Multiplicar a área das lavouras, aumentando a produção de alimentos.
- Ampliar o mercado interno, através da redistribuição da propriedade e da renda agrária.
- Eliminar a especulação, possibilitando preços justos para pequenos produtores e alimentos mais baratos para a população.
- Criar novas oportunidades de vida e de trabalho para os desempregados nas cidades.
- Reestimar a atividade econômica que oferece mais emprego e voltada ao bem-estar da população.
- Quebrar o monopólio das multinacionais na produção agro-industrial e recuperar as terras que estão em suas mãos.
- Acabar com a especulação da terra.
- Eliminar as causas da violência contra os trabalhadores rurais e os povos indígenas.
- Contribuir para a implantação da democracia no país, democratizando o acesso à propriedade da terra.

Nos mercados da região amazônica, devido à grande quantidade de chuva, há acentuada dependência de importação de hortaliças no primeiro semestre do ano. Na região Centro-Sul, principalmente no Sul, essa dependência ocorre mais no inverno. Para fazer o controle do ambiente da planta, vem sendo desenvolvida a "plasticultura", ciência que estuda a utilização do plástico na agricultura. De acordo com Tarcísio da Silva Siqueira, Coordenador de horticultura da EMBRATER-DF, "é possível cultivar hortaliças em qualquer época do ano, dentro de estufas ou "casas de vegetação", onde as plantas encontram condições para se desenvolver sem a interferência de rigores climáticos: excesso de frio, chuva, calor e geada".

Essa técnica de produção em estufas, feitas de madeira e plástico transparente nas paredes e telhado, é utilizada no sul do País objetivando aumentar a temperatura no leito da sementeira, processo que estimula a germinação das sementes, e evitar os efeitos negativos da geada.

Na Região Norte, as casas de vegetação evitam a incidência direta dos pingos da chuva sobre os canteiros. Segundo Tarcísio, "a época chuvosa é intensa, continua, impedindo o horticultor de cultivar qualquer coisa a céu aberto. Combinando excesso de água, umidade e temperatura elevada, obtêm-se um quadro de pragas e doenças bem mais acentuado que as hortaliças cultivadas em menor intensidade de chuva e temperatura".

Para Tarcísio, outro problema das Regiões Norte e Nordeste é a insolação direta nas plantas. "Lá, um sombreamento feito por casa de vegetação, ou mesmo o sombreamento natural, culturas menores oferecendo abrigo às de menor porte, proporciona diferença de temperatura de quase dez graus, e a maioria das hortaliças se desenvolve em condições de temperaturas mais amenas".

Segundo ele, o solo também pode ser protegido com plástico. "Neste ca-

Estufas plásticas defendem plantas do rigor climático

SHIRLENE COSTA

so retém maior volume de água, a temperatura se mantém no nível adequado às plantas, evita a lavagem ou retirada dos fertilizantes empregados e o desenvolvimento de ervas daninhas. O agricultor economiza água, energia, mão-de-obra e fertilizantes. Diminui o custo dos produtos e a incidência de pragas. Com o solo desprotegido, o canteiro seca mais rápido, alterando todos os fatores componentes do processo".

A produção na estufa é três e seis vezes maior que os plantios tradicionais, porque fatores externos não influenciam na produtividade do canteiro. Os frutos colhidos são mais limpos, sadios, saborosos e têm melhor aspecto. Além disso, as condições favoráveis encontradas antecipam a produção de mudas. O agricultor ganha até 45 dias, chega antes ao mercado, consegue lucros maiores e libera a estufa mais cedo para o cultivo seguinte.

O projeto pode ser aplicado a qualquer hortaliça, embora para alguns tipos o investimento seja maior, garante Tarcísio. "Uma coisa é fazer casa de vegetação para plantar alface, cenoura, e outra para produzir feijão de vagem, tomate, que são culturas de grande porte e exigem maior área e espaço entre si, aumentando o volume de investimento. As culturas de menor porte como brócolis, cheiro verde, alface, cenoura, cebolinha, coentro, ocupam uma área relativamente pequena, com grande número de plan-

tas, podendo através de girus ou beliches ter dois a três canteiros debaixo de uma mesma casa de vegetação".

E uma experiência positiva do ponto de vista econômico. "O produtor investe basicamente no material plástico, que impede a entrada da água da chuva e permite a passagem dos raios solares, importantes para a fotossíntese das plantas, já que a madeira usada na construção da estrutura não precisa ser de excelente qualidade, sendo fartamente disponível em algumas regiões", acentua Tarcísio.

Nas cercanias de São Luís e Rio Branco não é possível produzir no período chuvoso fora desse sistema. Há situações em que o produto horticola chega ao mercado por avião. Faltam estradas e as rodovias interditadas não permitem o tráfego de caminhões. A plasticultura incrementa a produção local e diminui as importações por um preço bem superior ao das safras normais.

Na opinião de Tarcísio, não existem inconvenientes na utilização da plasticultura. "Talvez falem ajustes, tecnologias, em termos do tipo e espessura dos plásticos utilizados e detalhes de construção das estufas. Se houver desvantagem é mínima. Basta olhar os resultados em relação ao incremento, qualidade e viabilização da produção". Trata-se de uma técnica que apenas está começando no Brasil, mas já é conhecida há mais de 30 anos no Japão, Europa e Estados Unidos.

Os cientistas exilados podem voltar à UnB

CLAUTENIS DELENE
JOYCE RUSSIIsaac Reutmann
Decano de Pesquisa e
Pós-Graduação

"A Reitoria está com planos de concentrar grandes cientistas na UnB, e assim, torná-la um centro gerador de novos conhecimentos". Foi o que declarou o Professor Isaac Reutmann, Decano de Pesquisa e Pós-Graduação. Para tanto o professor espera contar com a colaboração do recém-criado Ministério da Ciência e Tecnologia, que já tem mostrado bastante interesse no projeto.

Segundo o Decano, "há no momento um programa patrocinado pelo MCT, visando o retorno dos cientistas que foram embora da UnB para o exterior durante o regime militar. A UnB vem tentando trazer para si estes cientistas que com sua bagagem adquirida nos países desenvolvidos poderiam desenvolver nesta Universidade um grande trabalho de pesquisa e de geração de novas tecnologias". Juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia, estão trabalhando nesse projeto órgãos como a FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos, e o CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Um dos primeiros cientistas a ser resgatado pela UnB deverá ser o professor Laborian, que virá com o objetivo de desenvolver trabalho na área de Biologia. A princípio, ele não virá em caráter definitivo, fazendo um sistema de "ponte", ou seja, virá ao Brasil três meses por ano, ficando o resto do tempo na França, onde se encontra.

Em recente contato do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da UnB com o MCT, foi levantada a possibilidade do Ministro Renato Archer debater com professores e alunos desta Universidade sobre os novos rumos da ciência no Brasil. Outro ponto levantado foi o de transformar Brasília num pólo industrial de alta tecnologia. O projeto consiste na instalação de indústrias pequenas, não poluentes como: indústrias de informática, biotecnologia, química fina e instrumentação científica. Segundo o professor Isaac, este projeto já está em andamento no MCT e conta com a colaboração do GDF. "A UnB caberia participar da sua organização e implantação, principalmente no que se refere ao fornecimento de recursos intelectuais. Ou seja, caberia à Universidade a formação de pessoal especializado para trabalhar neste pólo industrial. Ao que tudo indica o projeto começará a ser implantado a partir do próximo ano".

Para o professor Isaac, a criação do MCT foi um importante passo dado pelo novo Governo. Ele afirma que o Ministério tem demonstrado bastante interesse com relação à Universidade. "Isso de um modo geral é muito positivo, pois antes, na Velha República, os cientistas eram pouco estimulados para a realização de suas pesquisas. Felizmente, com a criação do novo Ministério a tendência é de mudar esta situação".

E realmente as coisas parecem estar mudando. Por exemplo: atualmente, a Matemática da UnB está colocada em 7º lugar do mundo. Esta é uma boa posição se considerarmos todas as dificuldades que envolvem um País do 3º mundo. Mesmo assim, a UnB lançou um desafio ao CNPq e ao Departamento de Matemática no sentido de, dentro de cinco anos, mudarem a posição do 7º para o 4º lugar no mundo.

Com relação ao Departamento de Comunicação, o professor Isaac disse que este precisa dar um grande salto, já que foi muito reprimido no passado. Ele falou da necessidade da criação da rádio e televisão universitárias, além da modernização de diversos equipamentos. No entanto, acredita que com o tempo a maior parte dos problemas, não apenas do Departamento de Comunicação, mas de toda a Universidade, serão resolvidos e a UnB terá resgatado a sua efetiva função geradora de tecnologia e conhecimento.

Proibição da pesca à baleia, uma chance para a vida

ROSANI APARECIDA FRUTUOSO
CLAUTENIS DELENE

A pesca da baleia no litoral brasileiro estará proibida a partir de 1986. O Projeto de Lei aprovado pelo Congresso vem juntar-se à tentativa mundial de evitar a sua extinção. A sobre do desemprego em massa nas comunidades de Costinha e Lucena, na Paraíba, que vivem basicamente desta atividade, o assunto está provocando grande polêmica entre ecologistas, políticos e trabalhadores deste tipo de indústria.

Até o último dia 10 de setembro, o Brasil era um dos três países do mundo (URSS e Japão) que ainda continuavam caçando baleias com fins industriais e comerciais. O Projeto de Lei nº 4.014 de 84, que proíbe a caça à baleia, foi elaborado pelo deputado Gasthorne Righi, do PTB de São Paulo. Por um lado, ele é aplaudido por ecologistas e cientistas, mas por outro, está sendo contestado sobre o pretexto de causar o desemprego dos trabalhadores da indústria baleeira.

Nos municípios de Lucena e Costinha, onde moram mais de 500 das 3.000 pessoas envolvidas na pesca e industrialização baleeira, o temor do desemprego em massa é grande. Para os moradores destas 2 comunidades, este tipo de pesca é o único meio que eles conhecem para se sustentar. Este argumento é rebatido pelo Professor de Zoologia da Universidade de Brasília, Roberto Brandão, que levanta o dilema: "A pesca é sazonal e os pescadores durante parte do ano vivem de outra coisa. É claro que se de-

ve pensar na situação social dos pescadores, mas, se continuarem e o problema não val ser as baleias". E acrescenta: "É necessário ver quantos pescadores são afetados e fazer um programa que os estimule a conseguir fontes alternativas".

Existe ainda a tese da importância da caça à baleia para as populações nordestinas, que seria viável caso o número de baleias pescadas fosse realmente suficiente para alimentar esta população, o que na verdade não acontece, pois cabe a cada nordestino cerca de 50 gramas de carne por ano, segundo estatística da Fundação Brasileira para Proteção da Natureza.

No Brasil só existe uma empresa que lida com a industrialização e comercialização de baleia, a COPEBRA, situada a 30 km de João Pessoa, na Paraíba. Ela emprega um quadro fixo de 178 trabalhadores mas conta com cerca de 300 pessoas em todo o serviço. O aproveitamento da baleia é praticamente total. A carne magra, semelhante a carne bovina é utilizada para abastecer o mercado interno, o toucinho e vários tipos de gorduras que não são consumidas no nordeste são exportadas. Sabe-se que a melhor carne é exportada para o Japão, o que significa 40% das 60 toneladas de carne. Os ossos são transformados em adubo ou composição para ração de animais, como suínos e aves. A COPEBRA recebeu autorização para a pesca de 600 baleias nesta última temporada. Até o final de setembro, 309 já haviam sido pescadas.

A espécie mais comum no litoral brasileiro é a Mink, conhecida tam-

bém como "Baleia Anã", medindo até 10 metros, com cerca de 10 toneladas de peso. Elas migram da Antártida até a costa da Paraíba para o acasalamento. Durante a viagem só se alimentam de Krills, pequenos camarões existentes naqueles mares.

A caça à baleia começou a declinar no início do século, por duas razões: primeiro, a descoberta do petróleo e seus derivados, que substituíram o uso do óleo combustível de baleia com melhor qualidade e, segundo, ela entrou em processo de extinção e os estoques começaram a reduzir.

O risco que se corre é o da pesca ilegal, o que pode vir a ocorrer durante a moratória, que permite que se pesque baleias no litoral brasileiro para fins científicos, durante o período de 86 a 90, com um número limite de 478 baleias. Sobre esta informação, Roberto Brandão indaga: "Quais são os fins científicos? Qual o tipo de pesquisa científica que exige a morte da baleia? Ela está sendo feita no Brasil ou não?". E a solução que ele apresenta é de que os projetos com fins científicos devam ser avaliados por órgãos que tenham uma estrutura para isso e acrescenta: "A partir do momento em que uma organização internacional decreta uma moratória com bases em dados científicos, é porque existe uma razão para isso, e o Brasil assinou este acordo e evidentemente concorda com estes termos, então, eu acho que deva fluir um respeito aos compromissos internacionais e ao fato de existirem sucedâneos para os produtos de baleia, tornando a sua caça desnecessária".

Caixa investe na cultura e abre espaços

IDHELENE MACEDO

O Conjunto Cultural da Caixa Econômica Federal é um dos espaços culturais mais dinâmicos da cidade. O Conjunto, que comemorou cinco anos de funcionamento em agosto, constitui-se de uma pinacoteca, uma biblioteca, um museu e uma moderna sala de espetáculos, onde são realizados eventos como mostras de cinema, recitais, palestras, seminários, teatro, dança, cursos e debates, além de eventos institucionais.

O Conjunto conta com o apoio financeiro da Caixa Econômica. A aprovação dos projetos apresentados pelo Conjunto é feita pela presidência da Caixa, quando só então é liberada a verba necessária. "Nós não dispomos de uma verba anual, já que não somos uma fundação. Nós também nunca cobramos nada quando emprestamos o auditório, porque todas as atividades desenvolvidas aqui são abertas ao público sem ônus algum", diz o responsável pela divulgação, Alisson Costa.

A maioria das atividades desenvolvidas no Conjunto Cultural é aberta ao público em geral, e seu comparecimento tem sido muito intenso. A sala de espetáculos, com capacidade para 304 pessoas, é o espaço mais procurado do Conjunto Cultural, principalmente para mostras de filmes, teatro e dança.

As embaixadas por exemplo, utilizam muito o auditório. "Antigamente nós procurávamos as embaixadas para promoção de mostras de filmes. Hoje em dia, são eles que nos procuram. Isso se deve tanto pela boa localização do auditório, quanto pela infra-estrutura que ele tem", afirma Alisson Costa. O Instituto Goethe e as embaixadas da Alemanha, Portugal, Itália e Suíça são os que mais utilizam o auditório para mostras de filmes.

O museu é outra atração do Conjunto Cultural e abriga várias peças que mostram toda a evolução tecnológica das máquinas de escrever, calcular e autenticar cheques. Mostra também a evolução do equipamento usado para extração das loterias e uma delas, uma verdadeira engenhoca usada nos anos 60 para a extração da loteria federal, chama a atenção pela complicação que era fazer o sortelo. Estão expostos também cofres, livros de conta e imóveis do início do século.

Nesse mês de outubro o Conjunto está desenvolvendo o Projeto Escola. Várias crianças das diferentes escolas de Brasília foram convidadas para uma visita, como uma maneira de divulgar os espaços do Conjunto, assim como despertar um maior interesse pela arte e pela história. Uma surpresa para as crianças é uma teatralização feita pelos próprios funcionários da Caixa, encenada numa pequena agência da década de 30, inteiramente reconstituída nos mínimos detalhes. Entre outras coisas, as crianças ficarão sabendo que os escravos costumavam fazer depósitos em forma de cadernetas até conseguirem o necessário para a compra de suas cartas de alforria, cadernetas estas que também podem ser vistas no museu. "Gostei muito do museu, dos quadros, de tudo, mas o que eu mais gostei foi da representação", afirma eufórico um aluno do Complexo Escolar da Ceilândia em visita ao Conjunto Cultural.

O Conjunto também organiza exposições permanentes de seu acervo e paralelamente são organizadas exposições temporárias, com o objetivo de celebrar datas importantes da história do Brasil.

Esta semana estará rolando na Universidade de Brasília uma nova proposta em termos de divulgação e apreciação de trabalhos realizados por estudantes: o MTEU - Mostra de Trabalhos de Estudantes da UnB. A programação é intensa (manhã, tarde e noite, com 229 alunos inscritos) e seu conteúdo dos mais variados possíveis.

Temos de tudo: do "Estudo de Catifeiro com o sagui mico-estrela" à apresentação de bandas de rock; das poesias de mais de 25 alunos à exposição de um estudo da "Ultraestrutura do Tubo Digestivo do Besouro Crisomélido". É assunto para muito mais do que cinco dias durante os quais transcorrerá o evento. Mas a mostra promete esquentar/despertar os sentidos de toda a comunidade universitária e estabelecer um vínculo cultural/científico desta comunidade com a cidade.

Esta verdadeira feira de produção acadêmica veio em boa hora. Não vou repetir a ladainha NovaRepúblicaNovosTemposNovaUniversidade, porque esse papo já não é nenhuma novidade, aliás, em grande parte desse "texto" já transparece a velharia/velhacaria. Mas finalmente chegou o momento de mostrar o trabalho que é realizado pelos estudantes da Universidade para que assim se possa refletir, avaliar e discutir o produto acadêmico, apontar suas deficiências, ressaltar seus talentos e trabalhar em cima disso. A partir daí e de outros funis talvez possamos refazer a Universidade de modo que ela deixe de ser uma mera entidade de ensino (???) e passe a ser um verdadeiro centro de estudo e produção das mais diversas áreas de conhecimento humano. São poucos os alunos inscritos, se compararmos ao número de estudantes matriculados nesta... entidade, mas esta é a primeira mostra e o pessoal ainda está meio reprimidinho. Coloque aquele disco dos Menudos e você se sentirá inspiradíssimo... para sair de casa o mais rápido possível e dar uma olhada no trabalho da rapaziada que já ouviu o disco e não está mais reprimida.



MTEU: nova proposta de integração?

SUSY SOBRAL

A piadinha infame é para preencher o espaço que tenho para escrever mais sobre um evento que considero extremamente importante e interessante. No entanto, ao procurar as fontes, ou seja, o Edil e o João Nelson, organizadores do MTEU, para redigir a matéria (que não deixa de ser o meu trabalho acadêmico), dei de cara com um substantivo que não tem muito a ver com o que eu considero a linguagem dessa proposta de integração da comunidade universitária — o revanchismo. Os donos dessa idéia tão nobre e renovadora, que é o MTEU, não me passaram o espírito da coisa ao se recusarem a dar uma entrevista para o *Campus*. Para justificar essa recusa, alegaram o fato de que quando precisaram ajuda do jornal para a divulgação do evento, o

nosso Editor geral respondeu com um olhar do tipo "tão querendo aparecer no jornal, é?" e não deu a menor força.

Ora, foi escrita uma matéria na época que não foi publicada por problemas de texto e não por considerarmos o evento de importância secundária. Tanto é que pautamos o evento para esta edição e para a próxima, quando seria dada a cobertura do que foi a Mostra. E não dá para fazer mais do que isso: o *Campus* é um jornal "quase semanal", possui 12 páginas e em contrapartida existem 50 alunos querendo mostrar seus trabalhos, batalhando um espaço dentro do jornal.

Imaginem a situação em que os "meus colegas", organizadores do MTEU estariam se, de uma hora para outra, o espaço de que dispõe, dispõem para a realização do evento se reduzisse à metade. Será que fariam a mesma cara que o professor Setti fez?

Pois é, num jornal-laboratório acontece esse tipo de imprevisto: às vezes uma matéria ocupa mais espaço do que deveria e outra fica do lado de fora por causa disso. O excluído pode não concordar com a importância do assunto que foi incluído, mas, não vai criar problemas, pois tentamos trabalhar com um mínimo de espírito de coleguismo.

O espírito acima evocado esteve totalmente ausente entre os organizadores da Mostra e a repórter. Depois de vinte minutos expondo o que foi dito aqui e muito mais, consegui marcar uma entrevista para o dia de fechamento desta edição, em troca de um destaque do evento na capa. A entrevista não foi concedida. Os meus "colegas" acham que o *Campus* necessita de uma reavaliação em cima de suas propostas, ao que eu respondo: estamos em constante avaliação do nosso trabalho acadêmico. Agora, exigir um desempenho profissional sem levar em conta os erros possivelmente cometidos por um jornal-laboratório é muito, e tomar atitudes desta estirpe mediante um ato falho, sinceramente é DEMAIS.

Orquestra Jovem quer mais incentivo

CLAUDIO FERREIRA

Na Orquestra Jovem de Brasília, sobra talento, garra e determinação. Mas ainda falta uma boa divulgação, que ajude essa moçada a mostrar o que esta cidade tem de bom.

Ensaios são uma festa. Como em todo grupo jovem que se preza, tudo é motivo de alegria. "O naipe dos violoncelos está animado". "O, pessoal do soprano..." E a descontração, aliada ao trabalho sério da Orquestra Jovem de Brasília.

A orquestra está ensaiando desde março, e já conta com quase setenta componentes, sob a regência do maestro Joaquim Jaime. A partir do Curso de Verão da Escola de Música e da Orquestra do Departamento de Música da UnB, a idéia da criação de uma orquestra jovem tomou corpo. O maestro Claudio Santoro também deu um impulso ao projeto. Atualmente, os músicos ensaiam quatro vezes por semana, num total de cerca de dez horas por semana. Desde a sua estruturação, a orquestra já se apresentou diversas vezes: no Minas Brasília



A prática de orquestra é indispensável

Tênis Clube, na Sala Martins Pena e na Sema-na da Cultura da Ceilândia. E novos convites estão aparecendo: uma apresentação em urberaba, outra aqui em Brasília acompanhando alguns corais de Belo Horizonte, e a formatura do Departamento de Música.

DIFICULDADES

Apesar da importância do trabalho, o grupo precisa de maior apoio. O único incentivo é a sala para ensaios, que a Fundação Cultural empresta. Segundo Geovana, Berenice, Lúcia e Márcia, quatro violinistas, uma boa divulgação e alguma verba ajudariam muito o trabalho. Elas acham que algumas entidades poderiam colaborar, pois existem outras orquestras jovens no país, que contam com subvenções e patrocinadores fixos. Patrícia, violoncelista, fala da importância da prática de orquestra, pois, segundo ela, "nós vamos viver é de orquestra mesmo". Paulo, contrabaixista, acha que deveria haver maior estímulo ao jovem instrumentista. E Gato, músico muito conhecido na cidade, desabafa: "Está mais fácil fazer rock do que outra coisa".

E o rock também rola nas vitrolas de cada músico. Patrícia, inclusive, já gravou com a Banda 69, grupo de rock local. Baltazar, contrabaixista, diz que o grupo quer um espaço, sem ter nada contra outro tipo de música. Prova disso é o repertório, que inclui Beethoven, Weber e Santoro, mas está aberto a músicas inéditas de compositores inéditos. As quatro violinistas falam também do peso da música popular no trabalho no grupo. "Para mim — diz uma delas — música é principalmente popular".

O grupo é muito eclético, e a idade dos participantes varia dos oito aos trinta e poucos anos. Todos conciliam o trabalho com a orquestra e suas outras ocupações. E essas ocupações são as mais variadas possíveis. Baltazar toca na Banda do Sol, Paulo é músico *free-lancer*, Lucimary, violoncelista, canta no Coral da UnB, e Patrícia está junto com um Coral Japonês.

"Por enquanto, é só amor", diz um dos músicos. As dificuldades acabam sendo contornadas pelo espírito de equipe, mas Cecília, que toca viola, espera uma maior divulgação do trabalho, e conseqüentemente, uma maior atenção. O aprimoramento é um objetivo constante, e a qualidade já está garantida. Agora é esperar que o meio cultural perceba que os jovens da cidade podem formar, além das bandas de rock, grupos de música como este.